

PEDRO HENRIQUE DE MACÊDO SILVA

# A FAMÍLIA COMO FATOR DE APOIO À AQUISIÇÃO DA LIBRAS POR CRIANÇAS SURDAS



S586fp

Silva, Pedro Henrique de Macedo.

A família como fator de apoio à aquisição da Libras por crianças surdas [recurso eletrônico] / Pedro Henrique de Macedo Silva. – Cuiabá-MT: Guará Editora, 2025.

ISBN 978-65-985747-6-5

1. Língua de Sinais Brasileira. 2. Ensino-aprendizagem.  
3. Crianças surdas. 4. Familiares de surdos. I. Título.

CDU 376:81'221.24

Ficha catalográfica elaborada por Douglas Rios (Bibliotecário – CRB1/1610)

Todos os direitos desta edição pertencem exclusivamente ao autor e a Guará Editora.

É proibida a reprodução, no todo ou em parte, em qualquer tipo de mídia,  
sem autorização prévia por escrito da Editora.

Qualquer violação estará sujeita às sanções previstas em lei.  
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões expressas nesta obra.

# **A FAMÍLIA COMO FATOR DE APOIO Á AQUISIÇÃO DA LIBRAS POR CRIANÇAS SURDAS**

Copyright © do texto 2025: Do autor  
Copyright © da edição 2025: Guará Editora  
Coordenação Editorial: Guará Editora  
Revisão: Antonio Henrique Coutelo de Moraes  
Editoração: Gatil Comunicação & Marketing

### **Conselho Editorial**

Dra. Taciana Mirna Sambrano (UFMT/IFMT)  
Dra. Alexcina Oliveira Cirne (Unicap)  
Dra. Jussivania de Carvalho Vieira Batista Pereira (UFMT/Seduc MT)  
Dra. Mairy Aparecida Pereira Soares Ribeiro (UniGoiás/ Seduc GO)  
Dr. Jonatan Costa Gomes (ICEC)  
Dr. Tulio Adriano M. Alves Gontijo (UFJ)  
Dra. Caroline Pereira de Oliveira (UFMT)  
Ma. Érica do Socorro Barbosa Reis (UFPA)  
Dra. Solange Maria de Barros (UFMT)  
Dra. Sônia Marta de Oliveira (PUC Minas/ SGO-PBH)  
Dra. Rosaline Rocha Lunardi (UFMT)  
Dr. Dr. Fábio Henrique Baia (UniRV)  
Dra. Hélia Vannucchi de Almeida Santos (UFMT)  
Ma. Jessica da Graça Bastos Borges (UFMT)  
Dra. Izabelly Correia dos Santos Brayner (UPE)  
Dr. Jackson Antônio Lamounier Camargos Resende (UFMT)  
Ms. Douglas de Farias Rios (UNIVAG)



GUARÁ EDITORA  
[www.guaraeditora.com.br/](http://www.guaraeditora.com.br/)  
[contato@guaraeditora.com.br](mailto:contato@guaraeditora.com.br)  
WhatsApp (64) 99604-0121

*Era-me impossível dizer às pessoas: “fale mais alto, grite, porque sou surdo”. Como eu podia confessar uma deficiência do sentido que em mim deveria ser mais perfeito do que nos outros, um sentido que antes possuía na mais alta perfeição?*

Beethoven

# PREFÁCIO

A comunicação é um dos pilares fundamentais da convivência humana e serve ao propósito de, por meio da interação, criar culturas, identidades e construir experiências que moldam as dinâmicas de organização social em seus múltiplos contextos. De modo que, para as comunidades surdas, as Línguas de Sinais (LS) representam mais do que uma forma de expressão: elas são e/ou formam a base para o desenvolvimento desses indivíduos inseridos nos mais diversos grupos sociais.

Neste livro, são apresentadas reflexões de Pedro Henrique de Macedo Silva, sendo ele um autor surdo multifacetado que, desde a mais tenra idade, convive com os desafios impelidos pelo convívio social baseados na comunicação oral. Esses, por sua vez, não foram capazes de impedir a apropriação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), o que transformou Pedro em um protagonista militante envolvido tanto em sua comunidade, na cidade de Catalão situada no estado de Goiás, como em âmbito nacional.

No entanto, conforme aponta o autor, para que essa língua ganhe espaço, é indispensável, desde os primeiros anos de vida da criança surda, o envolvimento da família nesse processo. A presente obra nasce do desejo e da inquietude do autor em compreender, mais profundamente, como o apoio e o engajamento dos familiares podem influenciar na aquisição de uma língua, neste caso a Libras e, por consequência, o desenvolvimento do bilinguismo e da autonomia da criança surda. Posto que, esta é de uso minoritário e enfrenta barreiras de implementação nos currículos escolares desde a educação infantil até o ensino superior, bem como sua difusão em todos os espaços da sociedade.

Ao observar a distância, muitas vezes imposta por uma visão clínico-patológica e pela falta de informação ou preparo, entre pais ouvintes e seus filhos surdos, o autor realizou uma pesquisa de campo, com entrevistas a surdos e não-surdos para trazer à tona reflexões importantes sobre o papel decisivo que a família exerce nesse contexto. Partindo de um robusto embasamento teórico, o objetivo foi contribuir não apenas para o meio acadêmico, mas também para pais, educadores e demais profissionais envolvidos com a educação de surdos, oferecendo dados, relatos e análises que possam inspirar práticas relacionais e educativas mais equânimes, bilíngues e conscientes.

No primeiro Capítulo intitulado “Considerações Sobre a Aquisição da Libras e Aspectos da Surdez”, o autor apresenta uma densa discussão sobre o papel das LS e como a língua(gem) torna-se um fator essencial para o desenvolvimento humano promovendo a interação social. Ele também explora os conceitos associados aos níveis de surdez focando em discussões relacionadas à aquisição da linguagem e às práticas de ensino e à falta de estímulo familiar ligando a estas os avanços legais e educacionais dessa comunidade marginalizada historicamente. Pedro, não somente nesse capítulo, mas em todo o livro aborda a importância do reconhecimento da Libras como primeira língua e da Língua Portuguesa como segunda para promoção uma educação mais equânime e inclusiva.

Já no segundo Capítulo “A Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sua importância nos processos comunicativos das crianças surdas”, são destacados marcos cronológicos relevantes para a educação e inserção social de pessoas surdas o autor destaca as barreiras e os avanços dessas comunidades pelo mundo. Sobretudo, quando destaca as propostas educacionais destinadas a esse público até chegar ao bilinguismo, proposta atual para educação de surdos, enfatizando como esta emergiu baseada em uma abordagem que considera o surdo em sua totalidade, valorizando suas experiências, seus processos linguísticos, sua cultura e promovendo o protagonismo e autonomia desses indivíduos na sociedade contemporânea.

Pedro toca, ainda, assuntos essenciais para o desenvolvimento pleno de cidadãos surdos no Brasil como o direito linguístico, garantia do ensino

de/em Libras, a formação de professores e demais profissionais. E aponta desafios que persistem para a construção de um ambiente acessível e acolhedor ao povo surdo.

No terceiro Capítulo “O papel da família da criança surda na aquisição da Libras”, ao abordar a temática relacionada ao papel da família e o desenvolvimento da criança surda, o autor nos traz uma visão única, uma vez que é perpassado por suas experiências sendo também surdo. É nesse Capítulo que aspectos relacionais entre surdos e não-surdos são abordados e discutidos como o choque, a dificuldade de aceitação, a comunicação limitada e como estes afetam o vínculo familiar com a criança. Também, é apresentada uma defesa ao uso da Libras e dos ganhos quando as famílias se envolvem no processo de contato com a LS e uso dessa língua no desenvolvimento das identidades e da autoestima de crianças surdas. Famílias que aprendem Libras fortalecem a comunicação e evitam o isolamento da criança. Já a falta de apoio e conhecimento da língua pode atrasar o desenvolvimento e dificultar a inclusão. A percepção do surdo reforça a importância do envolvimento da família desde cedo.

Ao elaborar o quarto Capítulo “Metodologia”, Pedro nos apresenta como foram estruturadas as etapas desta investigação, ou seja, como foi o percurso do processo que culminou na apresentação dos resultados. Nesse capítulo, pode-se observar de forma mais detalhada a caracterização da pesquisa, os objetivos, o tipo de abordagem, a definição da amostra, a descrição dos participantes, os instrumentos de coleta e as técnicas de análise dos dados que sem dúvida poderá orientar outros pesquisadores surdos e não-surdos envolvidos em pesquisas qualitativas que lidam diretamente com objeto de investigação, principalmente, os que se enveredam pela área da surdez e das LS, não somente para nosso contexto brasileiro, mas para outros países.

O quinto e último Capítulo “Análise e discussão dos resultados” foi destinado às argumentações e reflexões acerca do Corpus coletado. Iniciado por uma compilação dos aspectos gerais da realização das entrevistas e aplicação dos questionários aos participantes da pesquisa, nesse Capítulo, o autor traça um diálogo entre os dados empíricos reunidos e o conhecimento teórico contribuindo, assim, para que as análises



ganhassem um caráter denso e consistente do ponto de vista científico. Nesse espaço, o autor faz uma triangulação das respostas fornecidas ao questionário aplicado entre surdos e seus familiares não-surdos e pondera sobre o processo de aquisição de linguagem, o uso da Libras e a relação familiar para dar visibilidade às experiências surdas forjadas no princípio da interação social, que é seguido das considerações finais.

Vejo, portanto, que o autor lança ricas sementes e, tenho a esperança, que elas germinem em mais lares atentos, em escolas mais acolhedoras, em políticas, programas e ações sociais que considerem a singularidade linguística de pessoas surdas no Brasil. Além disso, faço coro ao autor para que a Libras possa ser, para cada criança surda, não um caminho solitário, mas uma estrada pavimentada por mãos que amam, aprendem e ensinam tornando-a em um instrumento de transformação, de fortalecendo e de efetivação da compreensão de que, quando a família participa ativamente da jornada linguística da criança surda, abre-se um caminho mais rico, justo e humano para seu desenvolvimento tanto acadêmico, quanto para a vida.

*Lucas Eduardo Marques-Santos*

Universidade Federal de Catalão - UFCAT

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE A AQUISIÇÃO DA LIBRAS E ASPECTOS DA SURDEZ</b>	<b>19</b>
AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E A CONSCIÊNCIA LINGÜÍSTICA	19
ENTENDENDO A SURDEZ, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS	23
A VISÃO E TRATAMENTO CONFERIDO AOS SUJEITOS SURDOS NA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS	28
A SURDEZ E AS DIFICULDADES DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ORAL, LEITURA E ESCRITA	31
<b>A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) E SUA IMPORTÂNCIA NOS PROCESSOS COMUNICATIVOS DAS CRIANÇAS SURDAS</b>	<b>38</b>
O SURGIMENTO DE LÍNGUA DE SINAIS E SUA IMPORTÂNCIA NA PRÁTICA EDUCATIVA DOS SURDOS	38
O RECONHECIMENTO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO BRASIL E SEUS EFEITOS NA COMUNIDADE SURDA	47
OS DESAFIOS ATUAIS ENFRENTADOS PELAS CRIANÇAS SURDAS NO APRENDIZADO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	55
<b>O PAPEL DA FAMÍLIA DA CRIANÇA SURDA NA AQUISIÇÃO DA LIBRAS</b>	<b>57</b>
A FAMÍLIA E A DEFICIÊNCIA	57
O PERFIL DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS SURDAS NO BRASIL E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO	61
A PERCEPÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO APOIO FAMILIAR NA AQUISIÇÃO DA LIBRAS	64
A PERCEPÇÃO DO SURDO EM RELAÇÃO AO APOIO DA FAMÍLIA NO APRENDIZADO DA LÍNGUA DE SINAIS	67
<b>METODOLOGIA</b>	<b>69</b>
OBJETIVOS E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	69
TIPO DE ABORDAGEM DA PESQUISA	69
DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	70
DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO	70
INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E VIDEOGRAVAÇÃO	72
TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS	73

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS** 74

ASPECTOS GERAIS DA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS E APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA 74

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS COM O GRUPO A (SURDOS ADULTOS) 75

PERFIL DOS SURDOS 76

AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS 77

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS DO GRUPO B (MÃES DOS SURDOS) 79

PERFIL DOS FAMILIARES DOS SURDOS 80

AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS 80

ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS A LUZ DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 83

QUANTO AOS PARTICIPANTES SURDOS 83

QUANTO AOS FAMILIARES DOS PARTICIPANTES SURDOS 86

CRUZAMENTO DAS INFORMAÇÕES ENTRE O GRUPO A E B 89

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 91

## **REFERÊNCIAS** 95

# INTRODUÇÃO

O objeto do estudo que ora propomos é uma análise acerca da importância do apoio familiar no processo de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em relação às crianças com surdez. Nessa linha de pensamento, vários estudos já publicados em torno do assunto buscaram demonstrar que o reconhecimento de Libras como língua materna para comunicação do sujeito surdo configura-se como o primeiro passo quanto ao processo de ensino e aprendizagem da língua, bem como para a aquisição da escrita e leitura, que é diferenciado entre os ouvintes e surdos.

Entendemos que a escola exerce um papel importante na formação da criança surda, já que é mediadora do conhecimento e do ensino aprendizagem. Entretanto, se não houver o apoio familiar, as dificuldades no desenvolvimento pleno e, sobretudo, na educação dos surdos, especialmente em relação à linguagem torna-se muito mais difícil. Os pais precisam incentivar seus filhos na aquisição e/ou aprendizagem de Libras precocemente em razão de suas vantagens no processo de reconhecimento e aceitação do sujeito surdo, bem como da comunicação propriamente dita. Estudos como o de Cruz (2016), mostram que crianças e adolescentes surdos com aquisição precoce da Língua Portuguesa e Libras têm vantagens linguísticas daqueles que fizeram isso tardiamente e a família tem papel essencial neste processo.

Além do apoio da família ser essencial na aquisição da escrita e leitura por parte do sujeito surdo, as políticas públicas de efetivação do direito ao acesso à educação do indivíduo surdo desde a mais tenra

idade também desempenha relevante papel nesse processo. Tais políticas precisam atender as necessidades da comunidade surda, cuja trajetória histórica de vida sempre foi marcada pelo preconceito, discriminação e lutas em relação a sua formação e reconhecimento como seres dotados de capacidade assim como os ouvintes.

Sabemos que os surdos enfrentaram desde os tempos mais remotos, grandes lutas para que fossem reconhecidos como pessoas capazes de desenvolver atividades na sociedade. Segundo Moura (2000), na antiguidade eles eram considerados seres humanos não competentes, já que não podia desenvolver a fala, a leitura e escrita. Ou seja, não possuía a linguagem, elemento primordial na comunicação e nas relações entre os seres humanos. Por isso, os surdos não eram considerados dignos e nem mesmo aptos a receberem ensinamentos escolares.

Partindo desse contexto, Aristóteles,<sup>1</sup> um dos maiores filósofos gregos, acreditava que a linguagem permitia ao ser humano condições de aprendizagens significativas. Desse modo, sem a linguagem, o surdo não era considerado um ser humano, não sendo permitido o seu acesso às faculdades intelectuais.

Buscando conhecer um pouco da história das pessoas surdas, Diniz (2001), relata em sua pesquisa que esta é marcada pela segregação e exclusão da sociedade. Com a evolução da sociedade e de estudos em relação à comunidade surda, foi possível constatar que estes não tinham potencial para o aprendizado da linguagem oral, escrita e leitura como as pessoas sem problemas de audição e que a língua de sinais era o instrumento mais importante na aquisição da linguagem pelo surdo. Com os avanços obtidos no desenvolvimento da língua de sinais, a Língua sinalizada passou a ser reconhecida como L1, ou seja, primeira língua. Por serem as principais características das Línguas oficiais, que são utilizadas pela grande maioria nas comunidades, orais e auditivas, são entendidas nesta proposta como segunda língua para o sujeito surdo, ou seja, L2.

---

1 De acordo com a razão aristotélica, os surdos deveriam ser desconsiderados em relação a sua condição humana, pois somente a linguagem era capaz de efetivamente dar a condição de humano para o indivíduo. Essa visão contribuiu para que a comunidade surda fosse marginalizada e tratada com crueldade durante toda a antiguidade. Já Platão tinha uma visão mais humanista, pois acreditava que os surdos, através da linguagem gestual, poderiam aprender e atingir certo nível de saber filosófico.

Notamos que a criação de escolas para crianças surdas representou um marco importante para o rompimento de paradigmas e a compreensão de que os surdos poderiam se desenvolver socialmente como qualquer outra pessoa. De acordo com Diniz (2001), no final do século XVIII, a educação de surdos foi possibilitada por escolas consideradas rivais, oralistas e manualistas cujas posições pedagógicas e políticas eram distintas. Nesse processo, Alexander Graham Bell foi considerado um personagem relevante, pois era um grande defensor do ensino da linguagem oral e crítico cético ao uso da linguagem de sinais como língua natural dos surdos.

Mitos e preconceitos se perpetuaram em relação à Língua de Sinais como prática de ensino e aprendizado dos surdos durante um longo tempo. Foi somente no século XX, mais precisamente a partir da década de 1960 que ficou comprovada, principalmente por meio dos esforços do linguista Willian Stokoe, que essa Língua atendia a todos os critérios de uma língua genuína, inclusive com a mesma qualidade que as línguas de modalidade oral-auditiva (Wistkoski, 2010).

No Brasil, não diferente das outras partes do mundo, o reconhecimento da Língua de Sinais foi marcado por muita luta e mobilização da comunidade surda e isso resultou na promulgação da Lei nº 10.436 de abril de 2002, que instituiu a Libras como meio de expressão e comunicação das pessoas surdas do país. Diante disso, as pessoas surdas conseguiram o reconhecimento necessário para avançar nas lutas até chegar ao bilinguismo, considerado atualmente como o método de ensino mais eficaz para os surdos.

Mediante a essas considerações, reconhecemos como necessária a problematização da necessidade do fortalecimento das políticas de reconhecimento do surdo como seres capazes de se desenvolverem em todas as esferas da sociedade. Entendemos que o reconhecimento familiar da criança surda como um indivíduo limitado e não deficiente, configura-se como passo importantíssimo para a aceitação de Libras como primeira língua da criança. Além disso, é necessário o despertar para que a família também esteja apta a proporcionar um ambiente familiar acolhedor para a criança surda, de modo que sua língua seja amplamente difundida e utilizada pelos integrantes da família.

Eu, enquanto pessoa surda e usuária da Libras reconheço a necessidade do apoio da família na aquisição da escrita e leitura desde a mais tenra idade da criança surda e não somente na fase adulta. Uma vez que o atraso proveniente da aquisição tardia da Libras acarreta falhas na constituição da identidade e cultura da pessoa surda, consequência desta aquisição tardia, se estende para o desenvolvimento escolar e profissional, que também fica prejudicado. Essa constatação vem da minha experiência pessoal e acadêmica a qual narro a seguir.

Venho de uma família simples que sempre prezou pelos estudos. Único surdo da família e, com muita garra e apoio dos familiares consegui me formar em dois cursos superiores. Minha primeira graduação foi em Administração de Sistemas, cursado no Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC). Na época, ainda no ano de 2004, pouco se falava em Língua de Sinais, questões de acessibilidade e inclusão ainda não tinham grande notoriedade na sociedade. Eu era apenas um aluno sem condições de avançar. Poucos professores e colegas acreditavam que eu me formaria. Com a ajuda de alguns colegas de sala, fui conseguindo ter acesso ao conteúdo das aulas. Tudo parecia muito difícil porque sem a ajuda de intérpretes nas aulas era quase impossível compreender as explicações, e, por isso o meu trabalho era dobrado. Com muito esforço consegui me formar no ano de 2008. Antes mesmo de concluir a primeira graduação já havia sido aprovado no meu segundo curso superior.

Durante a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da primeira graduação, fui aprovado no curso Letras – Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), polo Goiânia. Neste curso me familiarizei com o ambiente, professores e colegas, afinal, a Libras era a língua de instrução. Me senti acolhido e percebi o quanto o ensino na minha língua materna descortinou um novo universo de informações, acesso e conhecimentos. O impacto foi enorme porque havia Libras em todos os lugares. Minha identificação profissional e pessoal com a docência em Libras nasceu desde então. Neste período descobri então que minha paixão seria por toda a vida o ensino da Libras. Queria avançar e proporcionar a muitos outros surdos aquela sensação de conviver com sua língua materna, a Libras.

Todo esse processo me levou a muitos aprendizados. O contato com a comunidade surda me possibilita, a cada dia, aprender um pouco mais. E o desejo pelo conhecimento aumenta a cada dia. Essa força motriz me levou a assumir a docência no Ensino Superior da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão desde o ano de 2010. Tenho adquirido ricas experiências desde então, pois o contato com cada turma me possibilita aprender e ensinar bem mais que eu pudera um dia imaginar.

Durante esses anos imersos no contexto acadêmico pude participar de vários eventos científicos com apresentações de trabalhos e palestras sobre a educação de surdos. Participei no ano de 2015 do I Congresso Nacional de Libras na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) No ano de 2018 participei do I Congresso Internacional de Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Terminografia das Línguas de Sinais na Universidade de Brasília (UnB) com apresentação do trabalho intitulado *Libras no contexto religioso: variações e implicações*. Ministrei palestras sobre os direitos da pessoa surda na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás – Goiânia no ano de 2013; sobre a superação da escola até o Legislativo na associação de pais e usuários do CAS em Campo Grande – MS no ano de 2013; palestrei sobre as políticas da escola bilíngue na Audiência Pública em favor da escola bilíngue e sobre desafios para quebra de barreiras no IV encontro de jovens surdos de Minas Gerais – Montes Claros em 2019. Na cidade de Luziânia-GO, ministrei por três anos consecutivos palestras sobre a educação de surdos, Braille e Ensino de Libras. Todos esses eventos permitiram a interação e participação da comunidade na formação de pessoas surdas.

Após alguns anos de experiência como professor de Libras, em 2019 me interessei pela pesquisa e o acesso à Pós-Graduação em nível de Mestrado. Assim, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no primeiro semestre de 2019. A linha de pesquisa a qual me vinculo é Teoria, descrição e análise linguística. O projeto que desenvolvi para



o mestrado é voltado para a educação de crianças surdas, com ênfase para a importância da família no processo de inclusão e acesso social desta criança, através do conhecimento e aprendizado da Libras. Conquanto, para desenvolver o tema proposto, o presente trabalho é norteado pelo objetivo geral em compreender como a família de crianças surdas pode auxiliar no processo de aquisição da Libras. Quanto aos objetivos específicos buscou-se: Coletar relatos de pessoas surdas adultas e de seus familiares em uma cidade do Interior de Goiás, sobre a aquisição da Libras e o papel desempenhado pela família neste processo, por meio da realização de entrevistas e aplicação de questionários; Analisar os relatos dos surdos adultos e dos familiares mais próximos sobre a participação da família no processo de aprendizagem da Libras, a fim de constatar como tem se dado esse processo ao longo dos anos; Descrever e analisar a frequência do apoio familiar neste processo e quais seriam as consequências para a vida pessoal e acadêmica dos surdos quanto a falta de apoio e incentivo familiar na aquisição da Libras.

Através do alcance desses objetivos será possível responder ao seguinte questionamento: Qual o papel e a importância da família na aquisição da Libras por crianças surdas, na percepção dos surdos adultos e do núcleo familiar?

Parte-se da hipótese que a carência de apoio da família no processo de aquisição de Libras pela criança surda acarreta em entraves identitários e culturais, bem como em prejuízos significativos em sua vida pessoal e acadêmica, especialmente nos casos em que a família concebe a surdez como algo patologia e de natureza irreversível.

A justificativa para a escolha do tema se relaciona, primeiramente, com a experiência vivenciada durante todos os anos de minha vida como criança, adolescente e adulto surdo em meio a uma família de ouvintes. Reconheço a importância da minha família no meu processo de aprendizagem em todas as esferas, pois, assim que descoberta a minha surdez, minha família se mobilizou no sentido de encontrar meios eficazes para o meu desenvolvimento, e a Libras foi essencial em todo esse processo. Ademais, a pesquisa se justifica pela necessidade de realizar estudos pontuais sobre a importância da família no processo de aprendizagem/

aquisição de Libras pelos surdos, pois, após o diagnóstico de surdez, o núcleo familiar pode se mobilizar no sentido de encontrar meios eficazes para que a criança surda consiga promover o seu desenvolvimento intelectual através do acesso a Libras, a aquisição da escrita e leitura, identidade cultural e, por fim, o desenvolvimento acadêmico e profissional destas.

Com a realização desta pesquisa espero contribuir para que a sociedade brasileira possa incorporar a ideia o quão é importante para a criança surda o apoio de sua família na aquisição da Libras e o que essa língua pode trazer em termos de desenvolvimento pessoal, cultural e profissional para os surdos. Para a comunidade acadêmica espero trazer informações pontuais e atualizadas sobre o engajamento da família na aquisição desta linguagem. Além disso, com esta pesquisa buscou-se responder a vários questionamentos e levantar possibilidades que possam favorecer as relações familiares entre os membros ouvintes e não ouvintes, inclusive as principais dificuldades encontradas pelos surdos no processo de aquisição da Língua de Sinais com os seus familiares.

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A AQUISIÇÃO DA LIBRAS E ASPECTOS DA SURDEZ

## **AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E A CONSCIÊNCIA LINGUÍSTICA**

De acordo com a literatura especializada, a linguagem é um dos aspectos mais importantes no processo de comunicação e interação entre os seres humanos, pois possibilita a estruturação do pensamento, dos sentimentos, a obtenção do conhecimento e aquisição da cultura, bem como dos símbolos, seja na linguagem verbal, escrita ou outras formas de comunicação (Rosenstock, 2002; Saussure, 2002; Everest, 2019). Em entendimento semelhante:

Ela marca o ingresso do homem na cultura, construindo-o como sujeito capaz de produzir transformações nunca antes imaginadas. Apesar da evidente importância do raciocínio lógico-matemático e dos sistemas de símbolos, a linguagem, tanto na forma verbal como em outras maneiras de comunicação, permanece como meio ideal para transmitir conceitos e sentimentos, além de fornecer elementos para expandir o conhecimento (Brasil, 2006, p. 19).

Com efeito, essa afirmação apreende bem a importância da linguagem e sua representação social na vida das pessoas, podendo, pois,

ser compreendida como o ato de escutar, falar, articular e repetir. Este processo é explicado em maiores detalhes no estudo de Rosenstock (2002), que perfilha do entendimento que um grupo de fala saudável usa termos velhos para novos fatos, classificado pelo autor como repetição, e termos novos para velhos fatos, o qual se enquadra no fenômeno articulação, sendo que tais atos alargam as fronteiras temporais da linguagem, ao passo que os atos de ouvir e falar já promove o alargamento das fronteiras territoriais da linguagem.

Na concepção estruturalista de Saussure (2002) a linguagem é uma ferramenta que está presente na vida das pessoas há todo momento e compreender as suas funções e usos é de suma importância, uma vez que possui um lado individual e social. Está sujeita a modificações pelo constante uso da língua e de seus interlocutores, que a utilizam como forma de comunicação em diferentes épocas e situações. Em seu estudo, o autor supracitado buscou estabelecer uma diferença entre a língua e a linguagem, ao esclarecer que a primeira é um sistema de signos, um conjunto de unidades no qual existe uma relação entre o significante (imagem acústica) e o significado (conceito), ao passo que a linguagem é multiforme e heteróclita. Língua e linguagem em termos conceituais não se confundem, no entanto possuem um mesmo objetivo que é o de promover a comunicação entre todos os seres humanos.<sup>2</sup>

Embora não seja objetivo desta pesquisa travar uma discussão entre língua e linguagem, e sim dar foco em relação a essa última, é importante esclarecer que a língua existe desde os primórdios dos tempos, sendo comum a todos os indivíduos, um fenômeno social composto por um sistema de signos.

O desenvolvimento da linguagem, por sua vez, atravessou um percurso histórico no qual é perceptível a inteligência e a criatividade do homem em sua capacidade de se comunicar com os outros. Também é uma prova clara do esforço em superar as barreiras e entraves de cada época vivida pelos povos, sendo, pois, um fenômeno humano que está

2 Os estruturalistas acreditam que a linguagem é independente da língua, mas a evolução dos estudos demonstra justamente o contrário, ou seja, a língua e linguagem caminham juntas e são indissociáveis e recebem influência direta do meio social e histórico. Pode-se afirmar que existe uma relação de dependência e realização entre a língua e linguagem.

umbilicalmente associado às práticas sociais da humanidade que estão em constante evolução.

O desenvolvimento da linguagem acompanhou a escala evolutiva do homem, mais pronunciada a partir do surgimento do *Homo erectus*. Dessa forma, pode-se constatar que a aquisição da linguagem ocorreu através de um percurso contínuo e gradativo, de baixo para cima e impulsionado pela experiência linguística que afeta diretamente a consciência linguística em diferentes níveis. Nem poderia ser diferente, pelas próprias características de linguagem:

É um sistema finito de princípios e regras que permitem ao falante codificar significados em sons e ao ouvinte decodificar sons em significado. Contudo, esse sistema finito possui a propriedade de ser infinitamente criativo, no sentido de possibilitar ao falante e ao ouvinte criar e entender um conjunto infinito de sentenças gramaticais novas. [...] a linguagem como instrumento de comunicação e elaboração do pensamento é adquirida num sistema arbitrário de sinais que representa a língua. Ao falar, se produz e articulam sons com significado, num veículo de expressão ideativa (França *et al.*, 2004, p. 04).

Silva e Guimarães (2013) explicam que a consciência linguística tem relação direta com a língua e a linguagem, pois diz respeito à habilidade de explicitar o conhecimento acerca de determinada língua, sendo que isso vem acompanhando de reflexões e sistematizações por parte dos estudiosos que se dedicam a análise e pesquisas acerca deste tema. Nesse contexto, a compreensão acerca da aquisição da linguagem tem sido favorecida pelos avanços tecnológicos alcançados nos últimos anos, que ajudam a entender melhor como ocorre o seu processamento no cérebro, inclusive em relação às pessoas surdas.<sup>3</sup>

No entendimento de Lorandi *et al.*, (2017) a consciência linguística é um assunto que tem despertado o interesse de vários estudiosos

<sup>3</sup> Com o advento dos exames de imagem do cérebro e estudos na área do funcionamento cerebral e das funções cognitivas, foi possível levantar informações sobre o processamento da linguagem, compreender melhor as variações do cérebro de cientistas, de pessoas de diferentes culturas e dos surdos. Entretanto, algumas pesquisas, dentre as quais a de Nader (2011), demonstra que a tecnologia existente ainda não consegue fornecer respostas para todas as perguntas relativas ao cérebro em ação.

enquanto campo de investigação, uma vez que se propõe a analisar como se processa o ensino-aprendizagem de uma língua em relação ao “aprendiz”. É caracterizada como uma subárea da Linguística Aplicada e tem por finalidade conscientizar os aprendizes sobre a importância das ferramentas utilizadas na aquisição da aprendizagem, permitindo a manipulação da língua, seu funcionamento e as habilidades comunicativas do aprendiz. Assim, a consciência linguística pode impulsionar a aprendizagem, motivo pelo qual deve ser aplicada e investigada no aprendizado de qualquer língua, inclusive a Libras.

Ao analisar a aquisição da língua (fala), Flores (2018) afirma em seu estudo que este processo é natural e inconsciente e que o cérebro humano já nasce programado geneticamente para isso. Contudo, em relação à escrita, essa é classificada pelo autor como um objeto cultural, já que cada ortografia tem raízes em sua cultura de base, sendo notória as diferenças ortográficas de uma língua para outra. De tal maneira que a leitura não é adquirida incidentalmente, sendo necessário o desenvolvimento de uma consciência linguística em vários níveis para que a pessoa possa aprender uma língua. Nas palavras do autor:

Na verdade, a atividade leitora embasa-se no entendimento do modo como funciona o sistema ortográfico usado numa dada comunidade. Ao que se acrescenta que a linguagem humana tem um fundamento interno (psicológico), mas também tem uma base contextual, social, cultural. Ou seja, aprende-se a ler na escola que se frequenta, com a professora que ministra aulas naquele local, vivendo na comunidade em que se vive, participando da vida daquela comunidade e valorizando ou não a leitura de acordo com as crenças e os valores da comunidade em que se vive. Enfim, quando se trata da leitura e seu aprendizado, não é possível confiná-la ao cérebro do indivíduo, como uma habilidade individual, estritamente, intelectual, uma vez que a natureza dessa atividade sociocognitiva envolve o psicológico, é evidente, mas também o social, o contextual. Em famílias de leitores, a facilidade é, em geral, maior, todavia aprender a ler é um direito de todos, sendo necessário fazer todo o esforço possível para franquear o acesso à leitura a todos os iniciantes, de todos os grupos sociais (Flores, 2018, p. 03).

Pelas considerações acima é perceptível o importantíssimo papel da consciência linguística no aprendizado da língua materna e de outras línguas, uma vez que por meio dela é possível determinar o nível de aprendizagem e dificuldades que as pessoas enfrentam na aquisição da leitura e escrita.

## **ENTENDENDO A SURDEZ, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

Antes de apresentar um breve relato de como o surdo foi tratado desde os tempos mais remotos aos dias atuais é importante, primeiramente, compreender o sistema auditivo e sua funcionalidade e o que vem a ser a surdez, considerando as definições de órgãos como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e de alguns estudiosos que se debruçaram sobre este tema.

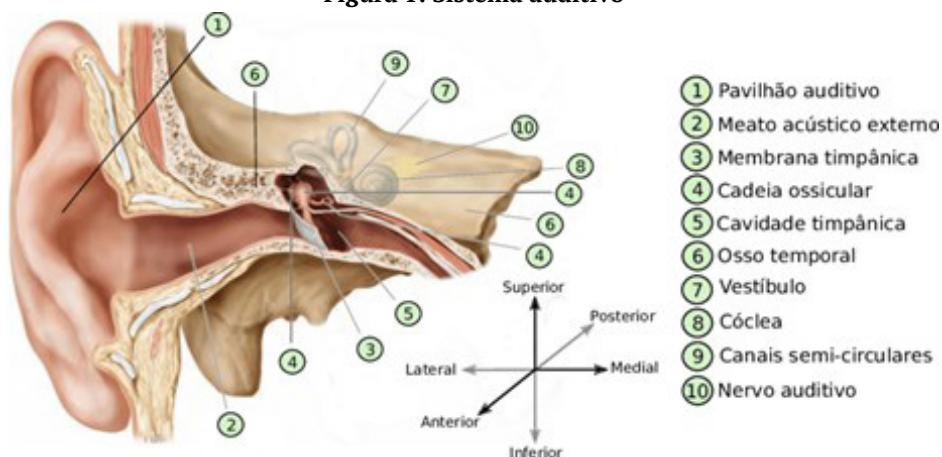
Em relação ao sistema auditivo, Alves (2012), explica que este é responsável pela identificação e o reconhecimento dos diferentes sons do ambiente e sua função no desenvolvimento pleno do ser humano é inquestionável, já que tem através dele tem-se a aquisição da linguagem e comunicação oral com as pessoas, bem como o desenvolvimento individual e social.

Grosso modo, a audição é o meio pelo qual qualquer pessoa consegue entrar em contato com o mundo sonoro, com o meio ambiente que o cerca, com as estruturas da língua que é uma característica própria da espécie humana. Nesse desiderato, qualquer problema em relação à audição, notadamente a surdez, prejudica o processo de aprendizagem da aquisição da língua falada, escrita e também a leitura, enfim, do desenvolvimento global do indivíduo.

O sistema auditivo é composto por três estruturas principais: o ouvido externo, médio e interno com funções específicas na captura do som. O ouvido externo que é constituído pelo pavilhão auricular, ou seja, a orelha propriamente dita cumpre a função de captar o som e de enviá-lo ao ouvido médio, mais conhecido como a cavidade do tímpano e no qual estão localizados o estribo, martelo e bigorna, considerados os menores ossos do corpo humano cuja atribuição é amplificar o som.

Já o ouvido interno é formado pela cóclea e canais semicirculares e tem por função converter as vibrações sonoras em impulsos elétricos que são enviados através do nervo auditivo para o cérebro, bem como o equilíbrio (Alves, 2012).

**Figura 1: Sistema auditivo**



Fonte: Adaptado de Moreira (2019).

Qualquer parte lesionada do sistema auditivo a depender de sua intensidade pode levar a perda auditiva, inclusive a surdez completa. Nessa linha de pensamento, segundo dados do estudo de Vieira e Gonçalves (2015), a perda auditiva pode ter origem genética, congênita ou adquirida, e os agentes infecciosos estão entre as principais causas de perdas auditivas, seja adquirida ou congênita, sendo que essa última é decorrente de infecção da orelha interna em gestações marcadas pela rubéola, toxoplasmose, herpes ou outros agentes infecciosos.

Infecções durante a gestação pelo complexo TORSCH (toxoplasmose, rubéola, sífilis, citomegalovírus e herpes) são importantes causas de alterações congênitas no neonato, incluindo a perda auditiva neurossensorial de grau profundo. A infecção por toxoplasma gondii geralmente causa coriorretinite, calcificações intracranianas e hidrocefalia. Aproximadamente 14 a 26% dos bebês infectados desenvolvem perda auditiva neurossensorial de grau profundo, uni ou bilateral. A síndrome da rubéola congênita



inclui cardiopatia, déficits visuais e auditivos em 50% dos neonatos, além de lesões neurológicas causadas pelo retardo do crescimento intrauterino.<sup>29,30</sup> A prevalência de perda auditiva neurossensorial na sífilis congênita varia de 25 a 38%, podendo ser flutuante, acompanhada ou não de sinais vestibulares. A perda auditiva neurossensorial decorrente da infecção por citomegalovírus pode ser uni ou bilateral e pode manifestar-se no período neonatal ou após alguns meses do nascimento. A infecção congênita por herpes, além da perda auditiva neurossensorial, pode causar encefalites, com consequente acometimento neurológico, incluindo déficits intelectuais e paralisia cerebral (Vieira; Gonçalves, 2015, p. 105-106).

Em termos conceituais, para a OMS, a surdez é a perda completa da capacidade de ouvir em uma ou ambas as orelhas e essa perda auditiva profunda em regra requer do indivíduo a utilização da língua de sinais para se comunicar com outras pessoas. Já a perda auditiva é a redução da capacidade de ouvir sons em uma ou ambas as orelhas e isso pode ocorrer de forma leve ou mais grave. A intensidade da perda da audição é que vai determinar a dificuldade de aquisição da linguagem falada e escrita, bem como a necessidade do uso de aparelhos auditivos, implantes cocleares e outros dispositivos que surgiram com os avanços tecnológicos ocorridos nos últimos anos.

Para o MEC, a surdez se configura pela perda total da capacidade de ouvir e sua intensidade varia conforme a sua dimensão em termos de perda de decibéis, com implicações significativas para o aprendizado da linguagem oral e escrita.

Dissertando sobre o tema, Monteiro (2016), explica em sua pesquisa que a surdez é caracterizada pela redução ou ausência da capacidade do indivíduo em ouvir determinados sons, sendo classificada pela autora em dois tipos: a) perda auditiva condutiva, que ocorre em razão de obstruções da orelha externa, infecções do canal de ouvido, bem como da ruptura do tímpano; b) e perda auditiva neurossensorial, que tem relação com os danos nas células ciliadas da cóclea. Já em outro entendimento:

Podemos definir uma pessoa surda como aquela que vivencia um déficit de audição que o impede de adquirir, de maneira natural, a língua oral/auditiva usada pela comunidade majoritária e que constrói sua identidade calcada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais diferentes da maioria das pessoas que ouvem (Silva, 2009 p. 15).

Porquanto, pelas considerações da literatura especializada pode-se concluir que a surdez coloca obstáculos em ouvir os sons que cerceiam o indivíduo e sua menor ou maior gravidade depende da intensidade da surdez, medida em decibéis (dB). Sua principal consequência é a dificuldade que a pessoa surda enfrenta no desenvolvimento das habilidades relacionadas à aquisição da linguagem escrita e falada. Entretanto, essa condição também tem impactos negativos nas potencialidades psicossociais dos indivíduos surdos, sobretudo se não for feita uma abordagem de inclusão educacional e social na sociedade. Confirmando essa assertiva:

A surdez não impõe barreiras práticas na vida diária. As pessoas surdas podem se mover livremente, já que não há impedimento para suas capacidades físicas. As dificuldades que as pessoas surdas vivenciam dizem respeito à incapacidade de ouvir e, portanto, de se comunicar com a sociedade que ouve, pois eles não compartilham o mesmo canal de comunicação. Esta situação impede a integração total das pessoas surdas em suas famílias (se tratando de pais ouvintes não sinalizadores), e na sociedade, já que os relacionamentos sociais são estabelecidos primariamente por sons (Monteiro, 2018, p. 01).

O estudo realizado por Bisol e Sperb (2010), é bastante elucidativo no que diz respeito às consequências da surdez do ponto de vista da narrativa das pessoas surdas. Nesse sentido, iniciam a sua abordagem com a seguinte pergunta: a surdez é uma deficiência?<sup>4</sup> Para as autoras, isso vem revestido de singularidade, especialmente com os estudos desenvolvidos pela psicanálise e a medicina em torno da surdez,

4 Os surdos em sua maioria não se consideram deficientes, mas diferentes em relação as pessoas ouvintes, por não conseguirem ouvir os sons e se comunicarem e expressarem de forma diferenciada.

que buscam demonstrar as consequências e dificuldades que os surdos enfrentam na construção do sentido e de sua identidade, bem como os seus efeitos no dia a dia das pessoas surdas, especialmente àquelas que apresentam perda auditiva severa.

Conforme a narrativa das autoras citadas, quem melhor entende o que é uma deficiência são os próprios deficientes, através de sua vivência. Por esse motivo, esta pesquisa compreende a análise de relatos de autobiografias de pessoas surdas o qual possibilitou constatar que uma das consequências negativas está associada ao processo de construção de sentido e de identificação que vem revestido de maior complexidade já que historicamente sempre pertenceram “a grupos oprimidos e marginalizados pela sociedade” (Bisol; Sperb, 2010).

Outro relato de interessante sobre os efeitos e consequências da surdez é a pesquisa conduzida por Monteiro (2016) o qual chama a atenção para o fato que a surdez é uma deficiência “invisível”, ou seja, não perceptível, como ocorre com outras deficiências físicas. Assim, é o diagnóstico que vai atestar a surdez e o nível de comprometimento de audição. Segundo pontua o autor a sua descoberta em regra traz consequências drásticas para a vida das pessoas surdas, sendo essa a conclusão da pesquisa com os sujeitos investigados, uma vez que teve efeitos nas relações parentais e na psique dos surdos. Em outras palavras, a descoberta da surdez traz alterações na dinâmica familiar, primeiramente, percebe-se que as expectativas em torno de um “filho normal” não se realizam e muitos pais apresentam dificuldades em lidar com filhos que não terão a mesma capacidade de comunicação do que a crianças ouvintes. Assim, reações como tristeza, negação, depressão são comuns, não apenas em relação aos pais, mas aos filhos surdos, frente ao principal conflito que surge em relação à surdez que é a língua falada.

As dificuldades que os surdos enfrentam no seio familiar sem dúvida alguma é um aspecto importantíssimo das consequências da surdez, já que a família é o principal suporte para que as crianças com deficiência auditiva possam se desenvolver intelectualmente e serem inseridas no contexto social, através do estímulo a educação e ao aprendizado da língua de sinais.

Ademais, no Brasil, o diagnóstico feito pelos médicos<sup>5</sup> tende a reforçar os aspectos negativos da surdez para o desenvolvimento intelectual e social das crianças surdas, além dos problemas que os pais enfrentaram nesse processo. Em suma “o diagnóstico vivenciado dessa forma, produz uma visão de menos valia da criança surda, o que reduz a potencialidade das interações familiares” (Monteiro, 2016, p. 02).

Pelas considerações feitas, nota-se que a deficiência auditiva e, mais ainda, a surdez profunda trazem inúmeros desafios para o surdo e seus familiares, que podem ser superados a partir de um enfrentamento desta questão, até porque, na atualidade existem métodos (Língua de Sinais) e recursos tecnológicos (Aparelhos auditivos, computadores, celulares etc.) que facilitam o processo de comunicação das pessoas surdas com o seu entorno. Mas, antes de fazer comentários sobre isso é preciso fazer um breve relato histórico acerca da percepção da surdez ao longo da história.

## **A VISÃO E TRATAMENTO CONFERIDO AOS SUJEITOS SURDOS NA ANTIGUIDADE AOS DIAS ATUAIS**

Fazer uma reflexão sobre a surdez e a visão das pessoas em relação a essa “deficiência” é narrar uma história de preconceito e discriminação quanto ao povo surdo, uma vez que sempre foram vistos, na maioria das vezes, como pessoas incapazes e incompletas, sujeitos a todo tipo de violência física e psicológica, inclusive ao extermínio em algumas épocas mais remotas, bem como a segregação em escolas especiais e a não inclusão social (Witkoski, 2009).

Na pré-história, alguns relatos sobre o tratamento conferido aos surdos são o mesmo observado em relação às pessoas que nasciam com qualquer tipo de deficiência, ou seja, a morte na maioria dos casos, por asfixia, garganta cortada ou simplesmente jogadas ao mar. Assim, deformados, surdos ou retardados na maior parte dos casos, não tinha qualquer serventia em um tempo em que a sobrevivência dependia da força física:

5 Na perspectiva médica, crianças com problemas de audição ou surdez profunda são portadoras de uma deficiência auditiva e o principal objetivo é analisar e classificar a audição, bem como promover a reabilitação da criança surda ou outras pessoas que por alguma doença ou trauma passaram a desenvolver essa condição.

Há poucos registros sobre as pessoas com deficiências na pré-história. A vida inóspita enfrentada pelos seres humanos indica que a sobrevivência dos integrantes dos grupos e tribos dependia quase exclusivamente da força e resistência físicas, e surdos, assim como ouvintes, possuíam essas semelhanças físicas. Quem não possuísse essas habilidades dificilmente sobrevivia. Dentro dos grupos primitivos, ter saúde era um requisito essencial. As crianças deficientes apresentavam fragilidades, caracterizando um fardo para o grupo. Era comum que os grupos eliminassem os deficientes (Duarte *et al.*, 2013, p. 03).

Na Roma antiga os surdos também não recebiam um tratamento mais humanizado, alguns eram castigados e outros relegados à eliminação física, abandono ou escravidão e os que sobreviviam a essas atrocidades, eram escondidos do mundo por seus familiares. A Grécia, por sua vez, adotava tratamento semelhante, pois a maior parte dos surdos também eram condenados à morte ou a escravidão, uma vez que a visão preponderante da sociedade em relação aos indivíduos com deficiência auditiva ou surdez era o da incapacidade ou invalidez.<sup>6</sup>

Na civilização grega, a sociedade espartana cultuava o corpo, enquanto a sociedade ateniense cultuava o intelecto. Os espartanos preparavam os meninos desde os sete anos para que todos pudessem estar aptos para a guerra e a defesa da *polis*. Em Atenas, o investimento era feito nas atividades artísticas, culturais e filosóficas. As crianças que nasciam com qualquer deficiência deveriam ser eliminadas, pois não poderiam servir ao Exército em Esparta, nem receber instruções em Atenas. Na Grécia, os sujeitos surdos eram considerados inválidos e muito incômodos para a sociedade, por isto eram condenados à morte – lançados abaixo do topo de rochedos de Taygéte, nas águas de Barathere – e os sobreviventes viviam miseravelmente como escravos ou isolados (Duarte *et al.*, 2013, p. 03).

Como se percebe, na antiguidade o sujeito surdo era visto como uma pessoa incapaz de pensar e aprender, diante das dificuldades em relação a aquisição da fala e escrita e, consequentemente, da dificuldade

6 Na antiguidade, a saúde era vista sob uma perspectiva mística e relacionada aos deuses da época, dessa forma, defeitos físicos, deficiência mental ou qualquer anormalidade era considerado fruto de maldições ou obra de feitiçaria e isso contribua para a exclusão social do povo surdo.

de comunicação o que levava a constatação de que este era incapaz de gerir a própria vida, além de ser considerado inútil para a sociedade da época. Obviamente haviam exceções, mas a maioria deles recebiam esse tratamento (Amado, 2017).

Na Idade Média, os surdos também eram tratados com preconceito, inclusive eram proibidos de receberem a comunhão, casamento, herança, enfim, aos direitos básicos inerentes aos cidadãos. Esse período que foi marcado pelo Poder da Igreja em uma sociedade estática e hierarquizada, os surdos eram marginalizados pela sociedade em sua maioria, uma vez que a deficiência física estava relacionada ao fato de tais pessoas terem sido amaldiçoadas por Deus. Ademais, essa época conhecida como a Idade das Trevas, a ciência teve uma evolução inexpressiva, sabia-se muito pouco sobre como tratar essa condição e isso, aliado a miséria e pobreza de parte considerável da população dificultava sobremaneira a vida dos surdos.

A partir do século XVI, já na Idade Moderna, este cenário começou a ser alterado, pois com o florescimento de várias ciências, a surdez começou a ser vista sob o ponto de vista do viés da saúde e da necessidade de buscar estratégias para facilitar a comunicação dos surdos. Cabe então destacar a contribuição de Charles-Michel de l'Épée que fundou, na França, no ano de 1760, a primeira escola pública para surdos, inclusive na defesa e desenvolvimento da língua de sinais em substituição a língua falada e escrita.

Com o tempo surgiram mais instituições para surdos na Alemanha, Estados Unidos, inclusive no Brasil, primeiramente por iniciativa de Dom Pedro II, em 1857, com a criação do Imperial Instituto de Surdos Mudos, atualmente denominado como Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES)

A língua de sinais sem dúvida representou um grande avanço para promover a comunicação dos surdos na aquisição da leitura e escrita na Idade Moderna. Contudo, na Idade Contemporânea com a realização do Congresso Internacional de Surdo-Mudo realizado em 1880, em Milão, na Itália, ficou definido que o método oral era o mais adequado para promover a educação dos surdos. A visão oralista trouxe prejuízos para

a evolução da língua de sinais. Tanto é verdade que: “Lamentavelmente a língua de sinais foi proibida para a comunicação e ensino dos surdos, obrigando-os a fazerem uso da língua oral e foi através desta que se efetuou, a partir de então, a educação dos surdos no mundo todo” (Olizaroski, 2016, p. 07).

Já nos séculos XX e XXI, que contextualizam a atualidade, constata-se que ocorreram progressos significativos para a educação e inclusão social dos surdos, tendo em vista a relevância que os direitos fundamentais sociais alcançaram em várias nações, inclusive no Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e das leis que se seguiram em prol dos direitos e da inclusão educacional e social das pessoas com deficiência. Essa questão será tratada em maior profundidade em momento oportuno, mas é preciso esclarecer que a despeito de alguns avanços que possibilitaram ao surdo ser um sujeito de direitos, o que não ocorria em épocas mais antigas, este ainda não se livrou totalmente do preconceito e discriminação, ainda presentes na sociedade brasileira.

Nesse sentido, é importante esclarecer que, segundo a visão de Wirkoski (2009), o preconceito e a discriminação contra os surdos são um processo histórico e ainda prevalece em razão das ideias preconcebidas e idealizadas, sendo, pois, um fator social que precisa ser desconstruído<sup>7</sup> e a educação é um aspecto coadjuvante no enfrentamento desta questão. Para tanto, é preciso ultrapassar as dificuldades que os surdos enfrentam na aquisição da leitura e escrita.

## **A SURDEZ E AS DIFICULDADES DE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ORAL, LEITURA E ESCRITA**

O conhecimento acumulado sobre a surdez ao longo dos anos, sobretudo por parte da comunidade científica e dos profissionais de saúde, foi fundamental no processo de sua classificação e das implicações na interferência da aquisição da linguagem falada e escrita. Por esse

7 Nesta pesquisa, parte-se da premissa de que o melhor termo para utilizar em relação ao surdo é essa palavra e não o termo deficiente auditivo, conforme prefere os profissionais de saúde, uma vez que a designação “deficiente” vem sendo criticada há algum tempo em vários estudos, inclusive pelos próprios surdos, devido ao processo histórico de descriminalização e marginalização e em considerar o surdo como uma pessoa incapaz para o exercício de diversas atividades, o que, na prática, não ocorre.

motivo, é preciso fazer menção a essa classificação, antes de estabelecer as dificuldades que os surdos enfrentam na aquisição da leitura e escrita.

**Quadro 1: Classificação da surdez**

<b>Parcialmente surdo (Deficiência auditiva)</b>	
<b>Pessoa com surdez leve</b>	Indivíduo que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse indivíduo é considerado desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da língua oral, mas poderá ser a causa de algum problema articulatório na leitura e/ou na escrita.
<b>Pessoa com surdez moderada</b>	Indivíduo que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias, havendo, em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse indivíduo tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade em compreender certos termos de relação e/ou formas gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada a sua aptidão para a percepção visual
<b>Pessoa com surdez severa</b>	Indivíduo que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada pela área da saúde e da educação, a criança poderá chegar a adquirir linguagem oral. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de sua aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações
<b>Pessoa com surdez profunda</b>	O indivíduo que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica quanto à identificação simbólica da linguagem. Um bebê que nasce surdo balbucia como um de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. Assim, tampouco adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que, não a percebendo, não se interessa por ela e, não tendo retorno auditivo, não possui modelo para dirigir suas emissões. Esse indivíduo geralmente utiliza uma linguagem gestual, e poderá ter pleno desenvolvimento linguístico por meio da língua de sinais.

Fonte: Adaptado de Lima (2006).



O Quadro 1 traz informações sobre a classificação da surdez, bem como as dificuldades que cada nível de deficiência auditiva impõe as pessoas com essa condição, seja na identificação do ruído, da voz humana e da aquisição da linguagem oral e, conseqüentemente, da leitura e escrita. A surdez severa e profunda, como demonstrado acima, causa limitações significativas na aquisição da linguagem oral, especialmente no último caso em que não é mais possível alcançar este objetivo e o desenvolvimento linguístico se fará essencialmente através da língua de sinais.

A ausência de audição, especialmente em níveis mais avançados, impede o contanto direito com a linguagem oral e isso gera prejuízos para o desenvolvimento não apenas da comunicação, mas também emocional e educacional, já que a aquisição da linguagem sem sombra de dúvidas é primordial para a organização do pensamento, percepção de mundo, abstração e generalização.

As limitações em relação à comunicação e aprendizagem ocorrem em virtude de não existir uma língua comum entre o locutor (pessoa que emite ou apresenta a fala) e o interlocutor (pessoa que recebe a fala e participa do diálogo com outra pessoa). São integrantes dos elementos que compõem a comunicação, da forma descrita no Quadro 5.

**Quadro 2: Elementos que compõe a comunicação**

<b>Emissor</b>	Também denominado locutor, é a pessoa que emite a mensagem para um ou mais locutores.
<b>Receptor</b>	Denominado de interlocutor ou ouvinte, é a pessoa que recebe a mensagem emitida pelo locutor.
<b>Mensagem</b>	Trata-se do objeto utilizado na comunicação, representando o conteúdo transmitido pelo locutor.
<b>Código</b>	É o conjunto de signos utilizados na mensagem, pode ser verbal (palavra escrita ou falada) ou não verbal (sinais, cores, desenhos e outros recursos)
<b>Canal de comunicação</b>	É o instrumento utilizado para transmitir a mensagem (jornal, televisão, revista etc.). pode ser natural ou tecnológico (digital)
<b>Contexto</b>	Abarca a situação comunicativa em que estão inseridos o locutor e interlocutor.
<b>Ruído da comunicação</b>	Ocorre quando a mensagem não é decodificada pelo interlocutor de forma correta

Fonte: Adaptado de Martins, Zilberknop (2004).

Com base nas informações contidas no Quadro 2, pode-se inferir que no processo de comunicação locutor e interlocutor desempenham papéis diferenciados e essa só se efetiva se o interlocutor conseguir decodificar a mensagem transmitida pelo locutor. Isso nem sempre ocorre, como é o caso de duas pessoas de países e línguas diferentes e sem conhecimento da outra língua, tentando se comunicar. O mesmo ocorre com um surdo conhecer de língua de sinais tentando se comunicar com uma pessoa que não sabe se comunicar dessa forma e em ambas as situações utilizadas como exemplo à comunicação não se concretiza.

De um modo geral, as limitações impostas pela surdez resultam em alterações linguísticas comunicativas e também a forma como o surdo é visto em seu grupo social, inclusive por sua família. Por esse motivo é preciso compreender as dificuldades que os surdos enfrentam na aquisição da linguagem oral, escrita e leitura.

No caso da aquisição da escrita e leitura, o aprendizado é dificultado por fatores como as metodologias de ensino utilizadas pelos professores. A esse respeito, Goes (2002), afirma que o ensino da associação grafema-fonema é feito de forma descontextualizada e o método adotado pelos docentes, totalmente ineficiente, uma vez que a grande maioria não tem habilidades e conhecimento da Libras, e isso é o que acontece com frequência no sistema regular de ensino:

Na realidade, os alunos surdos são postos dentro de uma sala de aula com a maioria ouvinte, com professores que não dominam Libras e não procuram metodologias que incluam os alunos com deficiência auditiva nas disciplinas e atividades escolares, logo ele não conseguirá acompanhar a turma mesmo tendo um intérprete ao lado. Ao invés de professores adequarem suas metodologias para o aluno surdo, ocorre o inverso. Isso gera uma certa carência na alfabetização e, consequentemente, faz crescer o número de alunos surdos sem aptidão para ler nem escrever. Por esse motivo, muitos desistem de estudar (Silva; Araújo, 2017 p. 16450).

Colaborando para essa discussão, Dizeu e Caparolli (2005), comentam em seu estudo que além de não adotarem metodologias corretas de ensino da linguagem no sistema regular de ensino, os docentes também

não dão à devida importância a língua de sinais em razão da predominância do oralismo na sociedade e na educação.

Ademais, as defasagens dos surdos quanto a certos requisitos (vocabulário amplo, experiência de mundo e socialização), também são fatores que colocam obstáculos significativos na aquisição da escrita. As escolas, por sua vez, não possuem a infraestrutura necessária para atender as necessidades não apenas de crianças surdas, como dos deficientes em geral e essa situação torna-se ainda mais grave quando se constata que a família dos surdos nem sempre fornece o suporte necessário para a aquisição da linguagem, ou melhor, da Língua Portuguesa e da língua de sinais, já que muitos não possuem qualquer domínio da Libras.

Essa questão é ainda mais preocupante quando se analisa o processo de inclusão dos alunos com deficiência ao sistema regular de ensino, uma das propostas e imposições da Constituição Federal de 1988, previstas no artigo 208, inciso III, que determina se dever do Estado com a educação, “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988).

Essa determinação da Constituição Federal também está contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e outras legislações promulgadas posteriormente. Inclusive, uma das mais recentes, a Lei nº 13.146, denominada como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), estabelece como deve ser os direitos da pessoa com deficiência na educação inclusiva em todos os níveis de ensino, mas as mesmas acabam encontrando obstáculos de efetivação diante da falta de infraestrutura e mão de obra especializada nas instituições de ensino.

Outra dificuldade apontada por Goes (2002) na aquisição da escrita e leitura diz respeito à questão do surdo, por ser um sujeito bilíngue<sup>8</sup> precisar conhecer a diferença entre a Libras e a Língua Portuguesa, para que a aquisição da escrita possa se efetivar de forma mais eficiente, sendo que isso ocorre de forma um pouco diferente em relação aos ouvintes. Alguns recursos podem ser utilizados nesse processo, como artigos,

8 É consenso entre os estudiosos, que a educação das crianças surdas deve ser feita através do bilinguismo, ou seja, a língua gestual brasileira (Libras), que deve ser a primeira adquirida pela criança, e a Língua Portuguesa, que é indispensável para o processo de comunicação e inserção da criança na sociedade em que essa se encontra inserida (Almeida, 2009).

relatórios, contos, livros, poesias, inclusive os associados à tecnologia, como os textos digitais.

Diante das dificuldades aqui apontadas, constata-se que o domínio da língua oral, da leitura e escrita se processa de forma diferenciada entre crianças ouvintes e surdas. Para a generalidade das crianças com surdez severa ou profunda a apropriação da linguagem requer um conhecimento da língua de sinais e da língua portuguesa, do qual a pessoa surda não pode prescindir, devido aos impactos negativos na aprendizagem da aquisição da leitura e escrita.

Outro fator que interfere diretamente na aquisição da leitura e escrita pelas crianças surdas e que precisa ser enfatizado neste estudo está relacionado com o papel que as suas famílias desempenham no estímulo a educação e ao aprendizado da língua de sinais. Muitos pais rotulam a criança surda como pessoas incapazes de compreender o código escrito e tendem a adotar uma conduta de superproteção, o que não ajuda em nada na comunicação e educação desta criança.

Geralmente os pais e os irmãos estão sempre prontos a executar a tarefa de leitura para as crianças surdas, o que vem impedir que desenvolvam a função social da escrita, de levantar hipóteses, perceber diferenças entre a fala (no caso dos surdos, o gesto) e a escrita, etc. Estes indivíduos mesmo estando vinte anos numa instituição escolar, desconhecem a função social da produção escrita e não conseguem perceber que, para produzir um texto, não basta a justaposição de palavras ou sentenças soltas, mas que ele exige operações complexas, como a de manipular recursos para articular, de forma coesa e adequada, de modo a produzir sentido (Almeida, 2009, p. 24).

Com efeito, esse comentário está correto e tem sido constantemente aventado em pesquisas cujo tema seja os surdos na aquisição da leitura e escrita. Inclusive este trabalho tem um capítulo específico para a discussão deste assunto, já que se insere no contexto do tema e problema deste estudo. Mas, antes disso faz-se necessário fazer uma abordagem sobre a origem e evolução da língua de sinais e a oficialização da Libras que abriu novos caminhos para a educação dos surdos no Brasil, o qual será tratado no capítulo que se segue.

# A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) E SUA IMPORTÂNCIA NOS PROCESSOS COMUNICATIVOS DAS CRIANÇAS SURDAS

## O SURGIMENTO DE LÍNGUA DE SINAIS E SUA IMPORTÂNCIA NA PRÁXIS EDUCATIVA DOS SURDOS

Um dos primeiros educadores na educação de surdos foi Gerolano Cardano (1501-1576), que no século XVI já defendia a tese que a surdez não configurava um obstáculo para o aprendizado dos surdos quanto à aquisição da leitura e escrita, além de efetivamente possibilitar melhores condições nas relações interpessoais e na participação social.

A preocupação com a educação dos surdos começou efetivamente a partir do século XVI, iniciando-se formalmente na Alemanha, mais precisamente no ano de 1555, quando o Padre Pedro Ponce de León (1520-1584),<sup>9</sup> ensinou o filho de um nobre o alfabeto manual, a escrita e oralidade. O trabalho desenvolvido

<sup>9</sup> Esse padre foi reconhecido oficialmente como o primeiro professor de surdos na história. Sua metodologia de ensino consistia em ensinar os surdos a contar, ler e escrever com o apoio da linguagem gestual utilizados em alguns mosteiros, onde o silêncio era a regra. Para a linguagem falada, utilizava-se da soletração manual.

por este monge beneditino foi um grande passo para a educação dos surdos, o mesmo acreditava que pessoas com deficiência auditiva eram perfeitamente capazes de desenvolver a sua intelectualidade e se comunicar com outras pessoas. Para tanto, foi um dos precursores no desenvolvimento de metodologias de ensino para os surdos (Duarte; Chaveiro; Freitas, 2013).

O filósofo Juan Pablo Bonet (1579-1629) também teve uma importante contribuição na educação dos surdos, ao publicar um dos primeiros livros sobre método de ensino contemplando a comunidade surda. Defendia, a exemplo de outros educadores, que os surdos não eram pessoas incapazes e que esses tinham potencial para aprender línguas e as ciências que estavam no auge nessa época.

A primeira escola para surdos foi fundada em 1760, pelo Abade de l'Épée (1712-1789) em Paris. Seu papel para o desenvolvimento da educação de surdos foi de suma importância, até porque acreditava que a educação era a única maneira de fazer com que os surdos fossem ouvidos e compreendidos pela sociedade. Foi um dos precursores na criação de uma linguagem mímica e na Língua de Sinais e o sucesso de seu método acabou sendo, de forma gradativa, incorporado por professores e adeptos dessa forma de linguagem na França e outros países da Europa até o ano de 1870 (Fernandes, 2011).

Para De L'Épée, a linguagem de sinais é concebida como a língua natural dos surdos e como veículo adequado para desenvolver o pensamento e sua comunicação. Para ele, o domínio de uma língua, oral ou gestual, é concebido como um instrumento para o sucesso de seus objetivos e não como um fim em si mesmo. Ele tinha claras a diferença entre linguagem e fala e a necessidade de um desenvolvimento pleno de linguagem para o desenvolvimento normal dos sujeitos (Lacerda, 1998, p. 04).

No que tange ao desenvolvimento do Oralismo entre os surdos, é preciso destacar a contribuição da metodologia criada pelo alemão

Samuel Heinicke (1727-1790). Para ele, a utilização de gestos e mímicas não tinha a mesma importância da oralização no processo de comunicação dos surdos com seus semelhantes. Essa concepção ganhou espaço e ajudou a difundir o Oralismo<sup>10</sup> na Europa, sendo intensificada no século XIX na Alemanha e Itália.

Em linhas gerais, o século XIX representou um avanço na criação e divulgação de práticas pedagógicas para a educação dos surdos e no processo de comunicação destes com os ouvintes. Em 1878 foi realizado em Paris o I Congresso Internacional Sobre a Instrução dos Surdos, que trouxe informações e debates sobre as experiências realizadas até o presente momento, no qual a Língua de Sinais era vista como um importantíssimo meio de comunicação. Neste Congresso foram difundidas conquistas importantes, inclusive no que diz respeito à redução do nível de marginalidade social que os surdos vivenciavam até este período.

Entretanto, com a expansão do Oralismo, o ensino da língua de sinais acabou sendo prejudicada, especialmente após a realização do Segundo Congresso de Milão, realizado em 1880, que rechaçou o uso simultâneo de fala e gesto, com foco para o método oral, que passou a ser o recomendado para a educação dos surdos. A partir de então, a instrução oral passou a ser defendida em vários Congressos e com a importância assumida pela filosofia Oralista, que prevaleceu durante 100 anos. Assim, pode-se inferir que houve uma mudança completa em relação aos rumos metodológicos utilizados na educação dos surdos (Fernandes, 2011).

De acordo com Fernandes e Moreira (2014), a partir do Congresso de Milão, a língua de sinais passou a ser oprimida e isso evidentemente trouxe um atraso social para as pessoas surdas, uma vez que contribuiu para perpetuar a visão estereotipada, na sociedade, da deficiência e incapacidade dos surdos. Esse posicionamento é refletido em diversos estudos que analisam

10 Como abordagem educacional, o Oralismo prioriza a língua oral como meio e fim da educação dos surdos, a exemplo dos ouvintes e visa capacitar os surdos a utilizar a linguagem da comunidade ouvinte como única estratégia de linguística, mediante o uso da voz e leitura dos lábios. A crença é que isso, além de facilitar a comunicação, é uma forma de promover a integração social dos surdos com os ouvintes. Essa filosofia prevaleceu entre o período de 1880 até meados de 1960.

a trajetória histórica da educação dos surdos, sendo perceptível que todo este processo foi marcado por tensões, com avanços e retrocessos no ensino da Língua de Sinais (Fernandes, 2011; Fernandes; Moreira; Santos, 2018).

Ainda, em relação à proibição da língua de sinais a partir do II Congresso de Milão em 1880 é preciso esclarecer que isso ocorreu em razão da controvérsia de metodologias sobre a educação dos surdos. O resultado disso foi à decisão de proibir, por uma minoria Oralista, o legado já alcançado com a língua de sinais, é impactos significativos na vida das pessoas surdas nos anos que se seguiram a essa decisão.

O Congresso de Milão é o símbolo de um período em que a educação de surdos passou a ser planejada e praticada por ouvintes, à revelia do que os próprios educadores surdos defendiam como princípio pedagógico básico: aprender com base na língua de sinais (Fernandes; Moreira, 2014, p. 53).

Obviamente, nada poderia ser pior para a educação dos surdos do que adotar essa metodologia para promover o ensino-aprendizagem de pessoas que tinham na língua de sinais a estratégia mais viável para o aprendizado da linguagem. Isso representou um retrocesso significativo para o acesso à educação para a comunidade surda, indo ainda na contramão dos esforços empreendidos para a criação e consolidação da língua de sinais, que deve ser a primeira língua dos surdos.

Segundo Dizeu e Caporali (2005), os gestos simbólicos praticados pelos surdos no processo de comunicação eram considerados uma forma de linguagem inferior a língua oral no período analisado. Em uma sociedade em que a língua oral é e sempre foi imperativa, a língua de sinais não conseguiu neste momento se firmar como uma língua propriamente dita, frente a imposição social do Oralismo, ou seja, de uma maioria linguística sobre uma minoria linguística, segundo palavras dos autores. Nesse sentido:

Como consequência do predomínio dessa visão oralista sobre a língua de sinais e sobre a surdez, o surdo acaba não participando



do processo de integração social. Embora a premissa mais forte que sustenta o oralismo seja de integração do surdo com a comunidade ouvinte, ela não consegue ser alcançada na prática, pelo menos pela grande maioria de surdos. Isso acaba refletindo, principalmente, no desenvolvimento de sua linguagem, sendo então o surdo silenciado pelo ouvinte, por muitas vezes não ser compreendido (Dizeu; Caporali, 2005, p. 06).

A comunidade surda, diante deste cenário, se mobilizou de forma gradativa para alterar este cenário que em nada contribuía para os avanços na educação dos surdos. Ademais, isso abriu um campo fértil para a discussão em torno do papel da linguagem falada e da língua de sinais nas identidades surdas, resultando na percepção de que era necessário transformar as relações de forças, dando prioridade também ao ensino da língua de sinais. Nesse sentido, há que se destacar a contribuição de Willian Stokoe em 1960, que publicou um estudo no qual deu ênfase para a importância da Língua de Sinais usada pelos surdos americanos no aprendizado da leitura e escrita, na comunicação e construção de sua identidade. A filosofia educacional oralista começou a ser criticada com maior intensidade a partir deste período, pois com o tempo foi possível constatar que ao invés de promover a redução das desigualdades entre surdos e ouvintes, ocorria justamente o contrário, frente aos impactos negativos desta metodologia no desenvolvimento linguístico, cognitivo e social dos surdos. O comentário abaixo ajuda a entender os impactos práticos disso para os surdos:

Os métodos orais sofrem uma série de críticas pelos limites que apresentam, mesmo com o incremento do uso de próteses. As críticas vêm, principalmente, dos Estados Unidos. Alguns métodos prevêem, por exemplo, que se ensinem palavras para crianças surdas de um ano. Entretanto, elas terão de entrar em contato com essas palavras de modo descontextualizado de interlocuções efetivas, tornando a linguagem algo difícil e artificial. Outro aspecto a ser desenvolvido é a leitura labial, que para a idade de um ano é, em termos cognitivos, uma tarefa bastante complexa, para não dizer impossível. É muito difícil para uma criança surda profunda, ainda que “protetizada”, reconhecer, tão precocemente, uma palavra

através da leitura labial. Limitar-se ao canal vocal significa limitar enormemente a comunicação e a possibilidade de uso dessa palavra em contextos apropriados. O que ocorre praticamente não pode ser chamado de desenvolvimento de linguagem, mas sim de treinamento de fala organizado de maneira formal, artificial, com o uso da palavra limitado a momentos em que a criança está sentada diante de desenhos, fora de contextos dialógicos propriamente ditos, que de fato permitiriam o desenvolvimento do significado das palavras. Esse aprendizado de linguagem é desvinculado de situações naturais de comunicação, e restringe as possibilidades do desenvolvimento global da criança (Lacerda, 1998, p. 09).

Ademais, o enfoque Oralista tem por objetivo principal promover a comunicação oral dos surdos e se fundamenta na recepção da linguagem oral através da utilização de resíduos auditivos, da leitura orofacial e emissão de mensagens. Essa metodologia de educação dos surdos definitivamente não cumpriu o seu papel conforme se esperava e apesar de ter colocado obstáculos para o pleno desenvolvimento da Língua de Sinais, essa não foi totalmente sepultada, já que a comunicação gestual não deixou de existir entre os surdos ou pessoas que acreditavam no potencial desta metodologia.

Na verdade, tornou-se perceptível a partir da década de 1960 o descontentamento com o Oralismo, o que deu ensejo às críticas constantes e também ao desenvolvimento de pesquisas que vieram comprovar que a língua de sinais é verdadeiramente uma língua. Oportuno mencionar a importância de Stokoe, que foi um dos pioneiros nesse sentido, ao demonstrar em seus estudos que a mesma preenchia parte significativa dos requisitos que a linguística possui para o aprendizado e a comunicação dos surdos. Tal descoberta propiciou o surgimento de um novo método de ensino em 1968, agora baseado também na reintrodução da língua de sinais como *práxis* educativa dos surdos: a Comunicação Total.

Esse novo método de ensino, ou seja, a Comunicação Total alcançou notoriedade nos Estados Unidos e rapidamente se disseminou para outras nações. Consiste na utilização do uso de sinais, leitura orofacial e alfabeto digital cuja finalidade é promover o desenvolvimento da comunicação da criança surda com as pessoas que a cercam (pais, professores, amigos).

Assim, a Oralização perde força neste método de ensino, mas ainda é utilizada para possibilitar a almejada “integração social do indivíduo surdo” (Lacerda, 1998, p. 10). A Comunicação Total visa, também, a aquisição da leitura e da escrita, logo após a da língua oral.

Dissertando sobre o assunto, Mourão (2009) explica que a Comunicação Total é a soma de modos linguísticos como a língua de sinais, gestos criados pelas crianças, alfabeto manual, leitura orofacial, leitura e escrita e restos de audição, enfim, tudo o que se conhece em termos metodológicos para a promoção da educação e comunicação dos surdos. Trata-se de um método amplificado e que tem adeptos nas instituições de ensino de surdos, inclusive no Brasil. Outra tentativa conceitual desta filosofia é a que se segue abaixo:

Define-se como uma filosofia que requer a incorporação de modelos auditivos, manuais e orais para assegurar a comunicação eficaz entre as pessoas com surdez. Tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos, e entre surdos e ouvintes. Esta filosofia se preocupa também com a aprendizagem da língua oral pela criança surda, mas acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não devem ser deixados de lado só por causa da aprendizagem da língua oral. Defende assim a utilização de qualquer recurso espaço - visual como facilitador da comunicação (Poker, 2005, p. 06).

Considerando o comentário acima, verifica-se que na Comunicação Total o surdo é visto de forma diferente, ou seja, de um indivíduo que, a despeito de sua condição, está perfeitamente apto para o desenvolvimento de suas relações sociais, afetivo e cognitivo, já que possui potencial para a aquisição da linguagem oral, leitura e escrita. Para tanto, é preciso utilizar qualquer recurso linguístico neste intento para propiciar a comunicação com as pessoas com surdez.

Entretanto, a despeito dos avanços obtidos com a Comunicação Total, existem algumas falhas que precisam ser investigadas e a principal delas diz respeito à falta de acesso das famílias dos surdos a essa forma de comunicação. Por se restringir a escola, esse método acabou

não conseguindo atingir os seus objetivos, já que a família dos surdos ficou a margem deste processo. Na verdade, nem todos concordam com a adoção deste método por considera-lo parecido com o Oralismo, considerado falho no sucesso escolar e na autonomia do surdo. Porém isso abriu espaço para o bilinguismo<sup>11</sup> como alternativa de educação para os surdos (Vieira; Molina, 2018).

Assim, a partir da década de 1970, a filosofia bilíngue começou a ganhar força, uma vez que passou a ser disseminado no meio científico e acadêmico que a Língua de Sinais deveria ser ministrada independentemente da língua oral. Na década de 1980 esse entendimento passou a ser incorporado em várias nações, inclusive no Brasil, sendo, atualmente, um dos principais instrumentos na *práxis* educativa dos surdos, especialmente no âmbito nacional. Países como a Suécia, Uruguai e Venezuela, são exemplos de nações que vem adotando essa filosofia para o estudo da língua de sinais. Em termos de definição:

O Bilinguismo pode ser definido como proposta educacional que é usada por escolas que se prestam a tornar acessível este ensino de duas línguas para o aluno surdo no contexto escolar. Pesquisas têm mostrado essa concepção como a forma mais apropriada para as crianças surdas aprenderem, haja vista que se acredita que Língua de Sinais é língua natural e parte-se desse pressuposto para o ensino da língua escrita (Silva; Souza, 2015, p. 35).

Em razão da importância do bilinguismo é preciso aprofundar um pouco mais a discussão disso na educação dos surdos. Com base nos apontamentos de Vieira e Molina (2005) que encara isso como parte integrante da formação educacional dos surdos, devendo ser difundida na escola, na sociedade e também para os familiares dos surdos. Assim, a Língua Portuguesa e a língua de sinais devem ser trabalhadas em sua totalidade e complexidade no processo educativo do surdo.

11 O termo bilinguismo se refere à capacidade de uma pessoa se comunicar em duas línguas ou mais. No Brasil, historicamente a língua portuguesa sempre foi oferecida como primeira língua e isso marca um processo de exclusão em relação ao ensino de outras línguas que são praticadas por grupos de pessoas (indígenas) e surdos (Libras).

Como falar de bilinguismo na educação deixando de lado estas questões que envolvem o conceito de educação, em seu sentido mais amplo e objetivo? O que propomos é uma reflexão sobre o processo educacional do surdo, não no sentido pedagógico mais restrito do termo, mas no que se refere ao seu desenvolvimento como indivíduo em si mesmo e à sua participação como indivíduo na sociedade. Evidentemente, nossa experiência na área, aponta para diversas direções. Vemos, por um lado, caminhos mais lúcidos que respeitam o surdo e sua cultura e, portanto, *encaram o bilinguismo na educação como um todo nunca dissociado de um projeto educacional* – que envolve a comunidade de surdos e inclui não só os educadores, mas o familiar quer sejam surdos ou ouvintes, e que se estende ao meio social em que vive este indivíduo, de modo a estimular e a atuar no sentido de propiciar a interlocução constante (Vieira; Molina, 2005, p. 06)

Com efeito, é acertado o comentário dos autores, já que vários outros estudos, dentre os quais o de Vieira e Molina (2005), Silva e Souza (2015), reforçam a importância do bilinguismo no projeto educacional do surdo, sendo a língua de sinais a primeira a ser apropriada pelos surdos da forma mais precoce possível. Obviamente esse projeto educacional não deve ficar restrito as escolas, sendo fundamental abranger também os familiares dos surdos, para favorecer a comunicação no contexto familiar.

Esse breve resgate histórico da origem e evolução da do ensino da Língua de Sinais deixa evidente que durante o decorrer dos séculos foi proposto métodos e estratégias diferenciadas para a educação dos surdos e a maioria deles tem como objetivo promover a substituição da audição perdida por outro método sensorial que possibilite a aquisição da oralidade, leitura e escrita para a comunidade surda. Obviamente, quem mais se beneficiou de tais métodos foram às crianças de classes mais abastadas por um longo período, já que o acesso à educação não ocorria de forma democrática.

## **O RECONHECIMENTO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NO BRASIL E SEUS EFEITOS NA COMUNIDADE SURDA**

O Brasil, a exemplo de outras nações, acordou tardiamente para a problemática da educação dos surdos e sua inserção social na sociedade. No percurso histórico da comunidade surda no país, observam-se o mesmo tratamento discriminatório devido às representações negativas dos ouvintes, que sempre enxergaram os surdos como indivíduos limitados e incapazes. Essa atitude dos ouvintes impediu o desenvolvimento pleno e o acesso à educação dos surdos, realidade essa que perdurou até o surgimento de algumas iniciativas para alterar este cenário e modificar essa visão distorcida em relação aos surdos.

A primeira escola de surdos no Brasil surgiu em 1857, no Rio de Janeiro, sendo fundada pelo professor francês Ernest Huet<sup>12</sup> que contou com o apoio de D. Pedro II. Essa escola passou a ser denominada em 1957, como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e integra atualmente o Ministério da Educação. Seu objetivo principal é promover a aquisição da linguagem aos indivíduos surdos e foi uma das primeiras instituições brasileiras a criar um curso de especialização para professores na área de surdez (bilinguismo). A partir da fundação dessa escola, foi possível criar a Libras que tem sua origem na Língua de Sinais Francesa e na linguagem gestual utilizada em outras localidades.

A influência do sistema educacional francês no Brasil explica porque a criação da Libras foi profundamente marcada pela Língua de Sinais Francesa, conforme demonstrado no estudo de Santos (2018) que fez uma análise pormenorizada da atuação do INES desde a sua criação aos dias atuais. É preciso esclarecer, nesse sentido, que o país também sentiu os efeitos da influência dos métodos de ensino adotados no exterior, de forma que a Oralidade também ganhou força e devido às decisões tomadas no II Congresso de Milão, a partir de 1911 a linguagem gestual para a alfabetização dos surdos também passou a sofrer restrições no Brasil,

12 O Conde francês Ernest Huet era surdo e seu interesse pela Língua de Sinais vinha desde a sua infância. No Brasil, apresentou ao imperador um documento que pedia ajuda na instalação da primeira escola de surdos, a Imperial Instituto de Surdos-Mudos. A proposta era promover a regeneração intelectual e moral, com objetivos semelhantes as escolas dos ouvintes. No currículo da época estavam as seguintes disciplinas: Língua portuguesa, matemática, religião, linguagem articulada e de lábios, geográfica e história. Nesse período, começou a constituição e construção da Libras no Brasil.

inclusive no próprio INES que exerceu papel importantíssimo na educação dos surdos, como a criação de um dicionário de língua de sinais em 1875, com a finalidade de facilitar a comunicação entre alunos surdos e professores ouvintes deste instituto.

Porém, esta liberdade de expressar a língua de sinais não durou muito. Foi divulgada a decisão final sobre a língua de sinais na educação escolar que chocou todas as comunidades surdas dos países do mundo. Esta decisão refere-se à rejeição das línguas de sinais nas escolas de surdos, focalizando apenas a língua oral, e foi tomada durante o Congresso Internacional de Educação de Surdo, em Milão em 1880, cujo objetivo era discutir a qualidade da Educação de Surdos e a escolha do método mais adequado no ensino. Foi votado o método oral, considerado superior ao método de sinais. O método oral chegou a ser implantado obrigatoriamente no INES, ignorando quase três décadas do uso de língua de sinais, seguindo a mesma exigência em todas as escolas de surdos dos países. Em razão disso, a Libras passou a ser desvalorizada e desprezada pela sociedade e a educação (Diniz, 2010, p. 21).

Mas, a exemplo do que ocorreu em outras nações, a Libras apesar de não ter a mesma importância de outrora frente ao Oralismo, não deixou de existir, sendo utilizada as “escondidas” no próprio INES e em outras instituições escolares para surdos. Isso contribuiu para a sua difusão para toda a comunidade surda do Brasil, já que estes alunos eram oriundos de vários Estados.

Seguindo a trajetória de outras nações no que tange a difusão do Oralismo, o Brasil só começou a dar maior atenção à língua de sinais a partir da década de 1980, graças ao fim do império oralista,<sup>13</sup> ao movimento social dos surdos e o contexto social político que auxiliou neste processo. Nesse sentido, Melucci (1989) é um dos pesquisadores que se dedicou com afinco a análise deste processo no Brasil. Segundo seu entendimento, o sistema de ação que constituiu qualquer movimento social está diretamente atrelado a um sistema de oportunidade e coerções

13 A Metodologia de ensino dos surdos somente pelo método oral começou a ser criticada em alguns Congressos realizados na década de 1970, como o Congresso Mundial dos Surdos, realizado em 1971 e o Congresso em Washington, que contribuíram para difundir a necessidade de se adotar uma metodologia bilíngue, ou seja, o surdo deveria aprender a língua materna e a língua de sinais.

que impulsiona e favorece a participação coletiva. No que tange ao Estado brasileiro, alguns estudos mostram que este criou condições de oportunidades políticas para a “agência coletiva de ativistas surdos nas décadas de 1980 a 1990 dentro de uma conjuntura internacional e nacional de ampliação e consolidação dos direitos da pessoa com deficiência” (Brito, 2013).

Com efeito, a década de 1980 representou um tempo de transformações políticas e sociais no Brasil. Após um longo período sendo governado pelo regime militar (1964-1984) o país conseguiu através de esforços empreendidos pela sociedade civil organizada, promover a redemocratização do país e o marco deste processo foi a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o Estado Democrático de Direito, cuja prioridade foi o de constitucionalizar os direitos fundamentais sociais no país<sup>14</sup> e diversas garantias no que tange a saúde, trabalho, participação no processo político, meio ambiente, educação etc.

No Estado Democrático de Direito, a construção de uma sociedade justa e solidária é prioridade, bem como o tratamento igualitário e não discriminatório entre os cidadãos. Ou seja, o Estado brasileiro, passou a repudiar qualquer forma de discriminação e marginalização, especialmente em relação às minorias e a estabelecer ações e políticas públicas<sup>15</sup> com a finalidade de assegurar seus direitos. Em relação às pessoas com deficiência um passo importantíssimo foi à busca pela inclusão educacional:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

14 O movimento social das pessoas com deficiência teve uma importância significativa para assegurar a garantia desses direitos, sendo importante destacar a atuação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) na busca da autoafirmação e autonomia da pessoa com deficiência que sempre se opôs à lógica do modelo médico assistencialista praticado no Brasil na abordagem da pessoa com deficiência.

15 A Constituição brasileira em seu art. 5º caput, prevê a igualdade material entre todos, o que significa dizer que de responsabilidade do Estado criar as condições para que as pessoas possam ter as mesmas oportunidades para atingir os seus objetivos. Para tanto, o Estado se coloca como o promotor da garantia e consolidação dos direitos sociais e individuais, através do desenvolvimento e implantação de políticas públicas de inclusão das minorias.



Com essa determinação na Constituição Federal, os deficientes passaram a ter a garantia expressa de serem terem a garantia de atendimento educacional especializado, ou seja, conforme as necessidades de cada um, preferencialmente na rede regular de ensino. Com isso, o legislador constituinte também buscou fomentar a inclusão social das pessoas com deficiência, já que a escola é um espaço sociocultural para favorecer a socialização entre deficientes, alunos normais e professores. Obviamente, propiciar no âmbito escolar o convívio da diversidade humana não é tarefa fácil e sempre representou um grande desafio, mas este foi o primeiro passo em relação aos deficientes que se refletiu posteriormente na legislação infraconstitucional, isso é, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que assim dispõe:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (Brasil, 1996)

Como se percebe, no âmbito educacional, a busca pela inclusão educacional e social dos deficientes de materializou na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional sendo que isso veio a ser reforçado pela promulgação da Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.<sup>16</sup>

Todos esses acontecimentos foram importantes para a conscientização e a mobilização social dos deficientes no contexto sociopolítico que o

16 Essa Lei é considerada como um marco legislativo na garantia de direitos às pessoas portadoras de deficiência e no que tange a educação dedica um capítulo específico e determina ao Poder Público a responsabilidade de assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar e avaliar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades.

país estava vivenciando e, mais ainda, para a criação da Língua Brasileira de Sinais em 2002, através da promulgação da Lei nº 10.346/2002<sup>17</sup>, mais conhecida como Lei de Libras, que também estabelece o seu conceito:

Art. 1º. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002).

O reconhecimento da Libras é considerada um marco histórico para a comunidade surda no Brasil, pois de um lado legitima o indivíduo surdo como sujeito de linguagem, capaz de se expressar e comunicar com outras pessoas, além de trazer implicações linguísticas e cognitivas, pois busca mudar a concepção que a sociedade sempre teve em relação ao surdo, de uma pessoa “anormal” ou “incapaz”, para de uma pessoa diferente, no qual a surdez não é empecilho para o desenvolvimento da capacidade de expressão e comunicação, já que a mesma estabelece um código para que o surdo possa aprender essa língua. Na verdade, não apenas ao surdo, bem como educadores e qualquer outra pessoa que deseje aprender a Libras.

A Lei de Libras compreende além do artigo supracitado, mais quatro, sendo que o art. 2º determina ao Poder Público a responsabilidade de garantir, juntamente com as empresas concessionárias de serviços públicos, o desenvolvimento de ações institucionalizadas com a finalidade de promover o apoio e o uso da Língua Brasileira de Sinais, devendo essa se converter em comunicação objetiva para a comunidade surda. Já o art. 3º determina que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos relacionados à saúde também precisam garantir o atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência

17 O processo legislativo que deu origem a Lei de Libras começou em junho de 1996, através da iniciativa da Senadora Benedita da Silva (PT) Rio de Janeiro, com a apresentação do Projeto de Lei nº 131/96, cuja aprovação e sanção ocorreu somente seis anos mais tarde.

auditiva em conformidade com as normas legais em vigor. Por fim, o art. 4º estabelece que o sistema educacional federal, estadual, municipal e o Distrito Federal devem buscar garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de fonoaudiologia e de magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Libras, como elemento integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), seguindo a legislação vigente, além da disposição de que Libras não poderá substituir a Língua Portuguesa.<sup>18</sup>

A análise e interpretação dos artigos da Lei de Libras possibilita concluir que o legislador pátrio buscou enfatizar a importância da acessibilidade dos surdos em relação aos serviços públicos, bem como a presença de intérpretes de línguas de sinais os quais começaram a ganhar espaço a partir da promulgação desta lei. O Decreto Lei nº 10.098/2005 regulamentou a Lei de Libras, além de ter determinado a necessidade de formação em nível superior deste profissional.

Art. 3º. A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2005).

Não há dúvidas que o reconhecimento da Lei de Libras representou um marco para toda a comunidade surda do Brasil. A partir de então ocorreu uma maior visibilidade à língua, que não apenas existe, mas passou a ser mais respeitada e um dos passos nesse sentido foi à obrigatoriedade legal da disciplina Libras na educação superior como uma das medidas decorrentes da Lei supracitada. Com essa determinação, o quadro de docentes do ensino básico e superior passou a ter o professor de Libras, que também passou a integrar o currículo das escolas.

Barbosa (2011) considera em sua pesquisa que o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, através da promulgação da Lei de Libras

<sup>18</sup> No artigo 13 da Constituição Federal de 1988, ficou determinado que a língua oficial do Brasil é a Língua Portuguesa, estando essa determinação constitucionalizada, nenhuma outra língua pode substituir a Língua Portuguesa, sendo essencial na formação educacional dos surdos, o aprendizado das duas línguas.

é ainda recente no Brasil, se for considerado todo o processo histórico de exclusão social e educacional dos surdos no país. Conforme suas palavras:

Foram anos de luta para que a língua de sinais fosse efetivamente reconhecida. Basta analisar o contexto histórico da educação de surdos para notar-se que, por séculos, os surdos sofreram por terem sido considerados seres inferiores, não eram reconhecidos como humanos, eram rejeitados nos espaços sociais. Somente a partir do século passado, alguns pesquisadores começaram a se preocupar com a língua de sinais dentro das comunidades surdas e nos espaços escolares, embora a preocupação com educação de surdos tenha sido bem anterior a isso (Barbosa, 2011, p. 174).

Com efeito, foi uma caminhada histórica desde as primeiras tentativas de criação da língua de sinais até a efetiva aprovação de uma Lei que viesse tornar oficial a Língua Brasileira de Sinais. Caminhada essa com uma representatividade importante para a comunidade surda, que até então, oficialmente e legalmente não tinha uma língua, cultura e identidade, apesar dos esforços feitos por alguns educadores no passado, para criar escolas para pessoas surdas. Mas, para o alcance de uma nova realidade, foi necessário que o Oralismo mostrasse as suas limitações, uma vez que restou comprovado que na prevalência da metodologia Oralista, os surdos saíam das escolas com poucas habilidades de comunicação e expressão, bem como limitados socialmente. A relevância da Lei de Libras pode ser apreendida na seguinte frase:

Estudos de pesquisadores da área e principalmente pesquisadores surdos vêm salientando a importância da língua de sinais dentro do espaço educacional, diferentemente dos educadores do passado, que aboliam o jeito de ser surdo. A aprovação de leis que privilegiam a língua de sinais aqui no Brasil como língua oriunda das comunidades surdas acarretou o reconhecimento da sua cultura, identidade, além da regulamentação de profissionais intérpretes, etc. Trouxe, também, avanços significativos e, conseqüentemente, mudanças na área da educação especial e também na comunidade escolar (Barbosa, 2011, p. 180).

Com todos os obstáculos que os surdos enfrentaram na aquisição de uma língua que viesse a atender as suas necessidades de comunicação com o mundo exterior, pode-se afirmar que a Lei de Libras também abriu um novo caminho para a construção da identidade dos surdos e, neste processo, a escola e os professores tem papel essencial, pois esses atores da educação precisam não apenas incorporar a Língua de Sinais no sistema regular de ensino, como, também difundir para os alunos, notadamente os que apresentam deficiência de audição. Na prática isso não ocorre da forma preconizada pela Constituição Federal de 1988, no que tange a inclusão escolar das pessoas deficientes, em razão da falta de infraestrutura das escolas e do despreparo dos professores. Isso será comentado em maiores detalhes no capítulo que se segue.

Por fim, um aspecto importante em relação a Lei de Libras diz respeito a participação da família dos surdos no processo de aquisição desta língua. Apesar desta legislação não fazer menção expressa nesse sentido, fica caracterizada a sua importância e institucionalização por empresas públicas e nos sistema educacional federal, estadual e municipal. No núcleo familiar, existe um marco teórico robusto que foca na necessidade das famílias ouvintes aprenderem Libras, para que a comunicação com os filhos surdos seja possibilitada. Mas de qualquer forma, a lei em análise estabelece medidas que ajudam os ouvintes a integrarem com os surdos:

Todas as medidas adotadas para iniciar o acesso ao conhecimento e aplicação de Libras está garantida e legitimada, trazendo segurança não só a comunidade surda que se apropria de sua língua materna, mas também dos ouvintes que interagem diretamente e diariamente com eles (Teloken; Teloken, 2017, p. 08).

Considerando o elevado número de pessoas surdas e também a pouca utilização da língua de sinais na sociedade brasileira e no núcleo familiar dos surdos, percebe-se que os desafios para as crianças surdas quanto ao processo de comunicação e aquisição da língua de sinais vai muito além do imaginário popular.

## **OS DESAFIOS ATUAIS ENFRENTADOS PELAS CRIANÇAS SURDAS NO APRENDIZADO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS**

É sabido que a aquisição da Libras é fundamental para o processo de desenvolvimento da linguagem na comunidade surda, uma vez que é por meio da linguagem que ocorre o desenvolvimento das capacidades intelectuais e do acesso às produções culturais. Tendo em vista que o processo de aquisição/aprendizagem de uma língua envolve processos de interação social é importante que, desde cedo, os indivíduos com deficiência auditiva possam ter acesso a um ambiente propício para aprendizagem da Libras.

Um ambiente propício, que engloba a família, a escola, o trabalho etc., proporciona a aquisição da Libras de forma espontânea, favorecendo seu desenvolvimento emocional, formação de identidade, aquisição cultural e consequentemente o desempenho escolar. Em contrapartida, um ambiente desfavorável ao contato da criança surda com uma língua pode acarretar em entraves no processo de comunicação, acesso a informações e limitação da capacidade intelectual.

Não basta a promulgação de uma Lei para propiciar maior inclusão social e educacional da comunidade surda, seja no Brasil ou no mundo. Obviamente, representa um passo importante em relação a essa questão, que também depende de outros fatores, como a participação da família e da sociedade neste processo. Já a questão familiar será abordada em capítulo específico, sendo que nessa seção serão discutidos os problemas relativos à falta de conhecimento da sociedade brasileira sobre a Língua Brasileira de Sinais, bem como a sua incorporação pelas escolas e habilidades e conhecimentos do corpo docente em Libras.

No estudo de Galvão (2018, p. 04), cujo objetivo foi justamente o de mensurar o aprendizado da Língua de Sinais pela comunidade surda, o autor observou em um estudo realizado na Universidade Federal de Ceara, que a despeito da Libras ser o principal método de comunicação utilizado pelas pessoas surdas, são poucos os ouvintes que conseguem entender essa linguagem. Conforme suas palavras, a educação brasileira e o método de inclusão escolhidos pelos governantes não tem consigo sucesso, pois “a política de educação inclusiva no Brasil tem se apresentado de modo

ineficiente, dificultando ainda mais a inserção do surdo na sociedade e o seu desenvolvimento social e psicológico”.

Primeiramente, com relação às pessoas ouvintes, Galvão (2018), com muita propriedade chama a atenção para o despreparo da grande maioria das pessoas em relação ao conhecimento da Libras, bem como a histórica invisibilidade dos surdos no seio da sociedade brasileira. Em sua explanação, explica que o *status* de segunda língua oficial ocupada pela Língua Brasileira de Sinais é ignorado pela maioria dos brasileiros e que para alcançar maior visibilidade e importância, esse cenário precisa ser revertido o quanto antes, para que as pessoas (ouvintes) possam finalmente aprender a língua e se comunicar com os surdos.

A pouca visibilidade da Língua de Sinais no Brasil ocasiona outra dificuldade que é a ausência de intérpretes em instituições públicas e privadas, como bancos, hospitais, escolas, enfim, em espaços que os surdos frequentam com frequência e isso tem reflexos diretos na acessibilidade dos surdos a estes serviços.

Percebe-se que a acessibilidade para surdos ainda é um desafio. Essa parcela da população ainda enfrenta dificuldades para conseguir realizar atividades cotidianas: ir ao banco, fazer compras, ir ao médico, ou mesmo conviver com os ouvintes no âmbito da sociedade, como por exemplo, sociedade, como por exemplo, assistir um filme no cinema, um seminário ou uma palestra, tornam-se atividades difíceis para os surdos (Galvão, 2018, p. 04).

Essas são apenas algumas das dificuldades que os surdos enfrentam em seu dia a dia, sendo também necessário chamar a atenção para as bases filosóficas em que foram construídas a língua de sinais que é revestida de particularidades quanto ao fato de ser uma modalidade de linguagem visuoespacial e que requer dos indivíduos que se propõe ao seu aprendizado uma imersão em um mundo que se baseia fortemente em experiências visuais no que tange a recepção e incorporação da linguagem. Isso é ainda mais importante em relação às pessoas que convivem diretamente com os surdos, ou seja, os seus familiares, em que pese os pais, irmãos e avós. O capítulo que se segue aborda essa questão de forma mais abrangente, vez que faz parte da temática desta pesquisa.

## O PAPEL DA FAMÍLIA DA CRIANÇA SURDA NA AQUISIÇÃO DA LIBRAS

### A FAMÍLIA E A DEFICIÊNCIA

O interesse científico sobre como a família lida com a deficiência tem crescido nas quatro últimas décadas, pois é pacífico na literatura que o primeiro grupo social que a criança tem contato é com os seus familiares mais próximos. Assim, não se pode negar a sua importância na formação pessoal, acadêmica e profissional da criança, na formação da personalidade, enfim, no seu desenvolvimento global. Neste contexto, o nascimento dos filhos sempre foi motivo de alegria para os pais, sendo certo que isso implica em mudanças substanciais no núcleo familiar.

A análise de Fiamenghi Júnior e Messa (2007) trazem informações importantes sobre como a família é importante na formação das crianças e como essa lida com a deficiência. Primeiramente as autoras pontuam que o nascimento de uma criança estabelece uma transição das identidades individuais de um homem e uma mulher para uma unidade familiar, denominada como “transição para a parentabilidade”. Assim, a família modifica em seu *status*, no qual se percebe claramente a mudança



de dialética e de novos papéis para os pais, na verdade para todo o núcleo familiar.<sup>19</sup>

Obviamente que a primeira preocupação dos pais com o nascimento dos filhos e que estes nasçam saudáveis e normais, ou seja, sem qualquer tipo de deficiência. Esse é o comportamento normal de uma sociedade que sempre enalteceu o nascimento e mesmo a adoção de filhos normais, livres de qualquer deficiência. Mas, na prática isso nem sempre ocorre, já que o número de crianças que nascem com deficiência é maior a cada ano no mundo e no Brasil.<sup>20</sup>

No caso específico do Brasil, o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2020, demonstrou que 42,6 milhões de pessoas possuía algum tipo de deficiência com base no método utilizado para apurar as dificuldades das pessoas em enxergar, caminhar, ouvir, subir degraus. Esse número representa 23,9% da população brasileira na época de realização desta pesquisa. Uma nova releitura foi feita pelo órgão em 2018 e os novos métodos adotados para a classificação de deficiência mostrou que 12,7 milhões de pessoas apresentam grandes dificuldades para a realização das atividades aqui descritas, o que representa 6,7% de pessoas, em uma amostra de 200,7 milhões de brasileiros<sup>21</sup> (Ministério Da Saúde, 2020).

Quanto ao número de pessoas surdas no Brasil, dados mais recentes do IBGE demonstra que 10,7 milhões de pessoas possuem deficiência auditiva e, deste total, 2,3 milhões possuem deficiência severa. Esses dados são importantes, uma vez que dão conta do quão expressivo é o número de pessoas com deficiência auditiva no Brasil. Inclusive, preocupada

19 Com o nascimento de uma criança, pais se tornam avós, homem e mulher unidos pelo matrimônio ou união estável ou qualquer outra forma de família, inclusive a homoafetiva se tornam pais, irmãos se transformam em tios, configurando assim novos relacionamentos dentro da família, com papéis bem definidos e permeados pelos laços de sangue e afeto. Cada membro da família consegue entender o seu papel, já que a família vem revestida de uma força social para toda a sociedade.

20 De acordo com os dados da OMS, 10% da população mundial tem algum tipo de deficiência e este número tende a aumentar nas próximas décadas como o crescimento e envelhecimento da população e com os avanços da medicina e indústria farmacêutica.

21 O primeiro método adotado para apurar a deficiência levou em consideração os seguintes critérios para a percepção das dificuldades relativas a enxergar, ouvir, caminhar e subir escadas (alguma dificuldade, grandes dificuldade ou não consegue realizar de modo algum), já a releitura dos dados em 2018 pelo mesmo órgão adotou os seguintes critérios (grande dificuldade e não consegue de modo algum). Por fim, o levantamento feito pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), buscou analisar os critérios (tem alguma deficiência) para estimar o número de pessoas com deficiência no Brasil.

com essa questão a OMS estimou que até o ano de 2050 poderá existir 900 milhões de pessoas com deficiência auditiva no mundo e isso tem relação em parte com o aumento da expectativa de vida da população e também da atividade laboral, somada ainda ao aumento da população mundial.

Assim, saber como a família se sente e se relaciona com a deficiência é essencial para o enfrentamento deste cenário e para o estabelecimento de políticas públicas no sentido de preparar a família, a sociedade e os surdos na busca de soluções para a aquisição da Libras e de uma melhor qualidade de vida e inserção social e educacional dos surdos. Nesse sentido, Fiamenghi Júnior e Messa (2007) alertam para o fato que a deficiência, de um modo geral é uma experiência inesperada para os pais e que na maioria dos casos representa uma mudança de planos de expectativas em relação aos filhos, até porque existem conceitos e entendimentos disseminados ao longo da história e que dão ênfase aos aspectos negativos de pessoas com deficiência e que nem sempre levam em consideração as capacidades e potencialidades dessas pessoas, tampouco as gratificações e recompensas que a criança deficiente poderá efetivamente trazer para o seu núcleo familiar.

O contexto familiar com a deficiência em regra passa por etapas, primeiramente a da não aceitação e dificuldades para lidar com essa questão, para um processo de resignificação, superação e busca de estratégias para lidar com a deficiência e também o de buscar atender da melhor forma possível as necessidades da criança deficiente.

Esse processo pode durar dias, meses ou anos e mudar o estilo de vida da família, seus valores e papéis. A flexibilidade com que a família irá lidar com a situação depende das experiências prévias, aprendizado e personalidade dos seus membros. Devido ao significado que o relacionamento fraterno adquire ao longo da vida, mudanças fundamentais na saúde e comportamento de um irmão irão afetar os outros, e essas mudanças correspondem sistematicamente às características da criança, da família, da doença ou deficiência (Fiamenghi Júnior; Messa, 2007, p. 05).

Considerando que o pleno desenvolvimento de uma criança e/ou adolescente tem relação direta com a sua formação e apoio da família, pode-se inferir que, quanto mais efetivo for esse processo em relação às pessoas com deficiência, maiores serão as suas chances na inserção social, educacional e na construção de sua identidade. O contrário também é verdadeiro, principalmente naqueles casos em que se constata que a chegada de uma criança com deficiência representa um evento traumático e desestruturador para a família. No caso da deficiência auditiva convém fazer menção ao seguinte comentário:

Os genitores, ao serem notificados que tiveram um bebê com uma “deficiência auditiva” (termo clinicamente utilizado para definir a surdez), com possibilidades de atraso no desenvolvimento, frequentemente enfrentam períodos difíceis, especialmente no que tange às interações com seus bebês, devido a fatores emocionais. Inicialmente existe um momento de choque, em seguida, tristeza ou ansiedade e, gradualmente, ocorre uma reorganização na direção da aceitação do bebê (Taveira, 1995). As mães experienciam um sentimento de choque e descrença, reação inicial de crise. Esse período pode ser acompanhado de depressão e desorganização emocional. Com o tempo, os pais e mães adaptam-se para tentar ajudar a criança que tem deficiência e, paulatinamente, atingem o estágio de organização emocional (Kelman *et al.*, 2011, p. 06).

Assim, pelas observações feitas até o presente momento verifica-se, de pleito, que a conduta e a dinâmica da família em relação à deficiência são essenciais na superação das dificuldades e no enfrentamento da situação. Condutas como negação do problema ou isolamento em nada ajudam as crianças com deficiência e no caso específico da surdez o melhor caminho para romper as barreiras que a surdez impõe na comunicação entre pais ouvintes e filhos surdos é a aquisição da Libras.

Batista e Reis (2011), explicam que as famílias na era contemporânea são totalmente distintas do que era observado no passado. A família atual tem como característica principal a diversidade na formação da estrutura familiar e a afetividade, não havendo mais um único modelo

de família devido ao processo de modernização da sociedade e da evolução da legislação no reconhecimento das entidades familiares.<sup>22</sup>

De forma gradual, percebe-se que os novos modelos de família tem buscado fortalecer o entendimento de sua importância para a formação e desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes sejam elas deficientes ou não. No caso da surdez as representações sociais em torno dos pais evidenciam que ao tomarem conhecimento desta condição do filho (a), muitos pais entram em choque primeiramente, depois adotam uma postura de não aceitação para, após algum tempo, perceberem a importância de seu papel na formação dos filhos. Um lar somente de ouvintes e que não detém conhecimentos em Libras dificulta sobremaneira a comunicação entre pais e filhos surdos, daí a necessidade de aquisição da Libras pelo núcleo familiar desde cedo, seja para facilitar a comunicação ou para que a criança surda tenha maiores chances de aprender mais cedo essa linguagem considerada essencial no aprendizado da escrita e leitura.

Ainda existe uma escassez de pesquisas relacionadas à deficiência auditiva e as interações familiares, mas os estudos já publicados reforçam a ideia que a dinâmica da família em relação à deficiência auditiva ou surdez total é peça essencial para a compreensão das potencialidades e limites dos surdos em seu processo de adaptação do mundo. Conquanto, a conduta dos genitores deve ser o de buscar promover interações com o filho não ouvinte, fazendo uso das funções comunicativas presentes na atualidade, como a Língua de Sinais. As consequências linguísticas nesse sentido são bem mais promissoras, segundo apontam os estudos.

## **O PERFIL DA FAMÍLIA DE CRIANÇAS SURDAS NO BRASIL E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO**

Esse é um dos aspectos pouco investigados em relação às crianças surdas no Brasil, mas alguns estudos, dentre os quais o de Santiago *et al.*, (2019), chamam a atenção para o fato que o núcleo familiar é formado

22 A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, § 3º reconheceu a união estável como entidade familiar, bem como a formação de família somente através de um de seus membros. Rechaçou tratamento desigual aos filhos adotivos e determinou a igualdade entre os cônjuges. Isso aliado a outras inovações propiciou o surgimento da família plural, o afeto e a socialização adquiriram maior importância e isso teve influências também na família dos surdos.

basicamente por pessoas ouvintes e que não tem conhecimento da Libras o que dificulta a comunicação de forma clara com as crianças surdas. Em outras palavras, o diálogo nessas condições é deveras difícil, se processa em regra por meio de sinais caseiros entre a pessoa surda e seus familiares, sendo perceptível que a família, com o tempo, acaba se adaptando as necessidades básicas de comunicação com o surdo, mas sem o auxílio de uma língua específica, como é o caso da Libras.

A análise feita por Santiago *et al.* (2019), cujo instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada com surdos e familiares ouvintes, é bastante esclarecedora no sentido de demonstrar as dificuldades que os surdos enfrentam no processo de comunicação com familiares ouvintes que não possuem conhecimentos sobre a Língua de Sinais. De acordo com os achados deste estudo, no contexto familiar a comunicação com a criança surda e, conseqüentemente, com o adulto surdo se processa através de duas formas de linguagem: a oral e sinalizada e em ambos os casos não é possível estabelecer um processo de comunicação efetivo. No caso deste estudo, o surdo conseguiu se comunicar com outras pessoas somente através do aprendizado da Libras, que ocorreu através do contato com a comunidade surda e nos espaços para o efetivo aprendizado desta língua.

Assim como em muitas famílias de surdos filhos de ouvintes, a comunicação estabelecida entre os nossos informantes se dá por meio de gestos. A maioria das famílias ouvintes com filhos surdos não sabe libras, o que inviabiliza uma comunicação eficaz dentro da própria casa. Essa relação fragmentada poderá trazer prejuízos à vida familiar e social do surdo. Percebemos, a partir dessa pesquisa, que há dois tipos de língua no contexto familiar dos nossos entrevistados: uma oral e outra sinalizada. Porém, um não fala a língua do outro, o que leva a ambos não se compreenderem (Santiago *et al.*, 2019, p. 08).

Esse é o cenário observado na maioria esmagadora do núcleo familiar de crianças surdas ou mesmo surdos adultos, já que outros estudos também apontam as divergências e dificuldades de comunicação entre a família ouvinte e deficientes auditivos. Nesse contexto, não apenas a comunicação fica prejudicada, como também a formação da identidade do sujeito surdo

diante da ausência de uma língua em comum para viabilizar a comunicação e a participação da família na vida do surdo.

No estudo realizado por Kelman *et al.*, (2011), os autores trazem informações importantes quanto ao processo de comunicação e interações entre os surdos e seus familiares. De acordo com os resultados desta análise, famílias ouvintes que não possuem conhecimento de Libras apresentam uma menor interação com seus filhos surdos devido às dificuldades de comunicação. Mas, ainda assim é importante que os pais trabalhem essa questão com seus filhos por meio de expressões corporais e faciais e que façam um esforço no sentido de aprender Libras, já que isso certamente fará uma grande diferença na vida pessoal e acadêmica dos filhos surdos. As mães, por estarem mais próximas de seus filhos tem um papel ativo na promoção do seu bem-estar e do aprendizado, bem como na inclusão e desenvolvimento pleno. Tudo isso pode ser facilitado através do aprendizado da Libras, já que a aquisição da língua tem uma grande influência do meio no qual a criança está inserida. O desenvolvimento cognitivo adequado, bem como o aprendizado da escrita e leitura tanto em relação à Língua Portuguesa quanto a Libras está diretamente associado aos estímulos da família neste processo.

[...] a linguagem necessita de subsídios vindos do input gerado pelo usuário da língua, membros da comunidade no qual a criança está imersa, além de outros componentes psicológicos e sociais, que também participam do processo de aquisição da língua e da linguagem. A acessibilidade à língua é, então, um princípio para que a própria língua possa ser adquirida e para que haja desenvolvimento da linguagem e cognição adequados (Barbosa, 2007, p.19)

Com efeito, é acertado o comentário de Barbosa (2007) comprovado inclusive em outros estudos (Kelman *et al.*, 2011; Santiago *et al.*, 2019) no que diz respeito ao papel que a família exerce na aquisição da língua e da construção de sua própria identidade. Quando isso não se efetiva, o surdo enfrenta problemas em sua formação educacional e pessoal, já que a falta de uso e aplicabilidade da Libras culmina em dificuldades de aprendizagem, solidão e afastamento familiar.

## **A PERCEÇÃO E A IMPORTÂNCIA DO APOIO FAMILIAR NA AQUISIÇÃO DA LIBRAS**

Pelas considerações feitas até o presente momento, é possível atestar que a aquisição da Libras é fundamental para o processo de desenvolvimento da linguagem escrita e da leitura dos surdos desde a mais tenra idade, uma vez que é por meio da linguagem que ocorre o desenvolvimento das capacidades intelectuais e do acesso às produções culturais. Tendo em vista que o processo de aquisição/aprendizagem de uma língua envolve processos de interação social é importante que a criança surda tenha acesso a um ambiente propício para aprendizagem da Libras e esse começa na sua família.

Um ambiente propício proporciona a aquisição da Libras de forma espontânea, favorecendo seu desenvolvimento emocional, formação da identidade, aquisição cultural e consequentemente o desempenho escolar. Em contrapartida, um ambiente desfavorável ao contato da criança surda com uma língua pode acarretar em entraves no processo de comunicação, acesso a informações e limitação da capacidade intelectual.

A Libras é um processo comunicativo enaltecido pelos estudiosos que se debruçam sobre essa temática não apenas entre surdos e familiares, bem como a sua família ouvinte, pois possui uma estrutura própria, uma organização que possibilita a transmissão de mensagens claras entre os interlocutores, atingindo plenamente o objetivo da comunicação, o que não se verifica nos processo comunicativo entre pais e filhos surdos que utilizam sinais caseiros, pois a falta de estrutura e organização não “dão conta de uma comunicação eficaz, tonando a Libras, indispensável” (Santiago *et al.*, 2019, p.12).

Entretanto, nem todos os familiares dos surdos tem essa percepção. Acreditam que formas de comunicação estabelecida com os filhos surdos são suficientes para promover não apenas a mensagem como a interação pessoal, o que não se verifica na prática. Essa foi uma das conclusões da pesquisa conduzida por Santiago *et al.* (2019), o qual também aponta que a maioria das famílias não sabem Libras.

Isso não deixa de ser preocupante, pois a família é uma base sólida para o surdo em acreditar e desenvolver o seu potencial. Estímulos positivos desde a mais tenra idade são fatores essenciais para que o surdo se encontre como ser humano que tem capacidade para o alcance de seus objetivos no aspecto pessoal, educacional e profissional. Portanto, os pais não podem ficar presos à ideia das dificuldades e obstáculos que seu filho (a) enfrentará em decorrência da surdez, mas sim em como pode contribuir para prepará-lo em sua formação, devendo estar consciente de seus direitos e deveres na sociedade e na aquisição da Libras.<sup>23</sup>

Nesse sentido, pode-se inferir que o apoio da família precisa desenvolver a percepção da importância da comunicação através de uma língua especificam, que é a Libras:

Os pais de surdos devem estar cientes da tão grande importância da comunicação entre ambos, uma vez que, por meio da língua de sinais este diálogo pode fluir de maneira satisfatória. Sentimentos e emoções podem ser trabalhados nesta modalidade, ambos conversarão sobre os mais variados assuntos. Por outro lado, percebe-se ainda a resistência por parte dos familiares em relação à língua de sinais, onde esta não é aceita. [...] a relação da família com o surdo passa a ser diferenciada desde o princípio, pois o surdo na maioria das vezes tem como sua primeira língua a Libras e sua família a Língua Portuguesa. Neste sentido a surdez já é encarada com diferença. O surdo necessita a todo o momento de sua família, como qualquer outro indivíduo e há grande necessidade de haver comunicação entre estes membros da família para que não haja no surdo o sentimento de isolamento por parte de seus familiares, já que estes lhes são importantes (Rocha; Rodrigues; Silva, 2013, p. 2358).

Esse posicionamento é um fato que está presente na maioria esmagadora dos estudos cujo objetivo é analisar a importância da família na formação do surdo, em que pese, na aquisição da Libras. Negrelli e Marcon (2006), com bastante propriedade observam em sua pesquisa que a participação da família no aprendizado da Língua de Sinais dentro

23 Um dos fatores que a literatura especializada chama a atenção em relação a família e surdos diz respeito a resistência quanto ao aprendizado da Libras. Estar apto a aprender e a que o filho aprende significa não apenas aceitar a deficiência, bem como trabalhar em prol do enfrentamento das dificuldades que a mesma impõe. Esse talvez seja o principal dilema que o núcleo familiar enfrenta em relação a surdez.



de uma realidade bilíngue é o caminho mais acertado para que o surdo tenha uma vivência de sucesso e uma vida mais produtiva e feliz. Aprender a língua do surdo e propiciar as condições para que ele aprenda é não apenas um ato de amor, mas, também de apoio inconteste a língua do filho e a sua valorização no âmbito familiar. Famílias bem estruturadas buscam seguir essa diretriz, quando tomam consciência da deficiência auditiva do filho(a).

Até porque, os efeitos da falta de apoio familiar e da negação da condição do filho em regra é o isolamento social e familiar e a busca de apoio em outros locais onde o surdo possa se comunicar e ser entendido por seus pares. Carvalho e Santos assim afirmam (2016, p. 192) “se a criança surda não tiver estímulos precoces, tanto sociais quanto linguísticos de sua L1, o aprendizado será tardio, acarretando prejuízos especialmente em sua comunicação”.

Um fato que precisa ser abordado e que também têm despertado a atenção na realização de estudos diz respeito à forma como os pais ouvintes e surdos apoiam os filhos no aprendizado da Libras. Parece haver consenso que crianças surdas e filhas de pais surdos aprendem mais cedo a Língua de Sinais brasileira, bem como a Língua Portuguesa, ao passo que crianças surdas, filhas de pais ouvintes aprendem mais tarde, geralmente terão contato com a linguagem quando forem mais velhos.

Quando a criança surda é filha de pais surdos, a língua que aprende em seu ambiente está de acordo com as suas capacidades linguísticas, sendo-lhe a língua, portanto, acessível. Porém, como se dará esta aquisição para uma criança surda, filha de pais ouvintes sem o domínio da língua de sinais? Geralmente, em tentativas de comunicação, os pais ouvintes com filhos surdos utilizam a língua oral concomitante aos gestos. Porém, de acordo com Kail (2013), a produção linguística dessas crianças a partir dos três anos de idade é inferior a das crianças expostas à língua de sinais. No entanto, pesquisas na área de aquisição de língua de sinais por surdos filhos de pais ouvintes têm sido também implementadas. Tal estudo mostra-se relevante devido ao processo de aquisição de língua dessas crianças ocorrer tardiamente, em decorrência de vários fatores (Carvalho; Santos, 2016, p. 193).

Com base nos comentários aqui apresentados percebe-se claramente que a família por ser a gênese na construção social de seus membros, sejam eles deficientes ou não, tem papel decisivo no processo de comunicação com os filhos, sendo nela que a criança surda, desde quando nasce adquire a linguagem e a capacidade de se comunicar com os outros. Porquanto, deve aprender as duas formas de linguagem aqui citadas e não apenas a Libras, para que as suas futuras interações sociais possam ocorrer sem maiores dificuldades.

### **A PERCEPÇÃO DO SURDO EM RELAÇÃO AO APOIO DA FAMÍLIA NO APRENDIZADO DA LÍNGUA DE SINAIS**

O surdo tem na sua família a base de apoio para o seu desenvolvimento emocional e construção de sua identidade e indiscutivelmente é um agente de socialização para as pessoas com deficiência auditiva. Nesse sentido, a aceitação de sua condição é essencial, já que a rejeição pode trazer dificuldades significativas, especialmente no que diz respeito ao aprendizado da Libras.

Em outras palavras, o surdo tem sua família como uma base de apoio capaz de torná-lo forte e confiante de suas atitudes. O surdo tenta encontrar em sua família crédito em relação à dificuldade de sua comunicação, neste caso a família é quem precisa primeiramente enfrentar essa dificuldade e mostrar ao filho surdo o quanto ele é importante em sua vida e nunca trata-lo como se fosse um indivíduo que só pelo fato de não possuir a audição, não tem sentimentos (Rocha; Rodrigues; Silva, 2013, p. 2356).

O cuidado da família para com o surdo deve então ser de aceitação de sua deficiência auditiva e de adaptação as suas necessidades de afeto, comunicação e aprendizado não apenas da Libras, mas também da Língua Portuguesa, tendo em vista a importância em ser bilíngue para a promoção plena de seu desenvolvimento.

No estudo realizado por Lopes e Leite (2011), o qual buscou analisar a percepção do surdo sobre a Língua de Sinais Brasileira ficou demonstrado

pelas entrevistas realizadas com surdos que o aprendizado da Libras é essencial para a sua formação e construção da identidade na comunidade surda. No entanto, como a maioria dos surdos tem contato com essa forma de linguagem tardiamente, somente conseguem ter uma fluência maior em Libras quando já estão adultos ou quando começam a participar de forma mais ativa da comunidade surda. Isso porque os pais em regra não sabem Libras e muitos deles acabam aprendendo com os filhos surdos.

Por esse motivo, na falta de apoio da família no aprendizado da Libras ou mesmo desconhecimento dos pais sobre a língua de sinais, o encontro com surdos e grupos que se interessam pela temática dos surdos acaba tendo uma importância essencial para o desenvolvimento linguístico dos surdos, inclusive no que diz respeito a construção de uma identidade focada em ser surdo (Lopes; Leite, 2011).

Não é a escola, mas sim a família que carrega em si as condições e amparo para que o filho (a) surdo consiga se comunicar com ela e com o seu exterior, ou seja, como outras pessoas e que também possa estar apto para frequentar a escola, se profissionalizar, como ocorre com diversos surdos em várias partes do mundo e também no Brasil. A comunidade surda possui vários exemplos de pessoas com grau avançado de surda (severa e profunda) que conseguiram almejar sucesso pessoal, acadêmico e profissional em suas vidas, graças aos esforços da família e pessoais no investimento da educação bilíngue.

## METODOLOGIA

### **OBJETIVOS E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

O presente estudo teve por finalidade compreender o papel da família no processo de aquisição da Libras em relação aos filhos surdos, mediante um levantamento sobre as dificuldades enfrentadas, o incentivo ou não dos pais e os desafios neste sentido. Quanto aos objetivos específicos buscou-se: a) Coletar relatos de pessoas surdas adultas em uma cidade no interior do Estado de Goiás sobre como foi a aquisição da Libras e o papel desempenhado pela família em uma cidade do interior de Goiás; b) Obter informações junto aos familiares (pais) dos surdos participantes da pesquisa para averiguar a sua percepção quanto ao incentivo aos filhos na aquisição da Libras e as dificuldades enfrentadas neste processo.

### **TIPO DE ABORDAGEM DA PESQUISA**

Este trabalho constituiu-se como uma pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo. A abordagem qualitativa é compreendida como:

[...] uma investigação que tem como preocupação central o exame dos dados em um tipo de profundidade que não é captada pelos números, tabelas e dados quantitativos, mesmo que não sejam eles representativos a outros casos de estudo, ou seja, o que se pretende descobrir, muitas vezes, é particular àquela situação e, por isso, é examinado no detalhe

para aquele caso, tendo em conta a perspectiva histórica e/ou social do momento em que se faz a análise (Vigorena; Bastisti, 2011, p. 98).

Assim, na pesquisa qualitativa buscou-se analisar a partir dos relatos de adultos surdos e de seus familiares, elementos que comprovem a importância do apoio e reconhecimento familiar no processo da sua constituição cultural de sujeito surdo. De outra parte, através da pesquisa quantitativa o objetivo foi classificar de forma estatística as opiniões dos entrevistados (participantes da pesquisa) sobre as suas experiências vividas no núcleo familiar quanto ao processo de aquisição/aprendizagem da Libras, seja em relação a percepção dos surdos adultos e de sua família.

## **DEFINIÇÃO DA AMOSTRA**

A amostra da população foi composta por 20 indivíduos (surdos e familiares) participantes de pesquisa, sendo este número considerado pelo pesquisador como suficiente para desenvolver a pesquisa de cunho qualitativo e quantitativo. A primeira etapa em relação à definição da amostra da população foi identificar a cidade do interior de Goiás (Catalão) que participa do estudo; as pessoas surdas adultas usuárias da Libras e familiares que aceitaram participar da entrevista semiestruturada e da videogravação

Após essa identificação, próxima etapa consistiu na realização de contato com os participantes deste estudo, a fim de explicar detalhadamente os objetivos do estudo, o curso da pesquisa bem como reforçar o convite para a participação como entrevistado. Depois disso foram iniciados os procedimentos legais para a submissão do trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que envolve entrevistas com seres humanos, inclusive a assinatura dos entrevistados do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## **DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES DO ESTUDO**

Como dito alhures, os participantes da pesquisa são compostos por indivíduos surdos desde o nascimento (10 participantes) e por seus familiares (10 participantes). Isso caracterizou duas frentes de investigação: uma com os surdos e outra com os pais dos surdos adultos.

**Tabela 1: Sujeitos da pesquisa (surdos adultos)**

Nome fictício	Grau de parentesco	Caraterística da surdez
A1	Filho	Profunda
A2	Filho	Profunda
A3	Filha	Profunda
A4	Filha	Moderada
A5	Filha	Profunda
A6	Filha	Profunda
A7	Filho	Severa
A8	Filha	Profunda
A9	Filho	Profunda
A10	Filho	Profunda

Fonte: Elaboração do autor.

Quanto aos sujeitos da pesquisa, os dados apresentados na Tabela 1 relativos aos surdos mostram 100% dos entrevistados tem grau de parentesco de filiação com os familiares que também participaram deste estudo. Quanto a caracterização da surdez, 80% dos respondentes declararam ter surdez profunda, (10% ) Moderada e 10% severa.

**Tabela 2: Sujeitos da pesquisa (familiares dos surdos)**

Nome fictício	Grau de parentesco	Ouvinte e não ouvinte
M1	Mãe	Ouvinte
M2	Mãe	Ouvinte
M3	Mãe	Ouvinte
M4	Mãe	Ouvinte
M5	Pai	Ouvinte
M6	Mãe	Ouvinte
M7	Mãe	Ouvinte
M8	Pai	Ouvinte
M9	Mãe	Ouvinte
M10	Pai	Ouvinte

Fonte: Elaboração do autor.

Em relação aos familiares, 70% da amostra da população é constituída dos entrevistados são mães dos entrevistados surdos e 30% são pais e todos se declararam como ouvintes (100%).

## **INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E VIDEOGRAVAÇÃO**

Para atingir os objetivos propostos na pesquisa foi necessária a utilização de entrevista semiestruturada, uma das técnicas mais utilizadas em estudos sociais, pela possibilidade de organização flexível e de ampliação dos questionamentos, sendo guiada normalmente por um roteiro de questões abertas e fechadas. De acordo com Manzini (1990), a entrevista semiestruturada favorece a descrição dos fenômenos sociais relativos ao objeto da pesquisa, a sua explicação e compreensão em sua totalidade, no qual o roteiro a ser utilizado congrega perguntas principais e complementares. É apropriada em relação à presença das seguintes circunstâncias:

- a. Levantar opiniões e visões sobre determinados assuntos;
- b. Compreender e desenvolver uma linha de entendimento no qual o respondente está inserido;
- c. O assunto tratado ser confidencial ou comercialmente sensível.

Todas as circunstâncias citadas acima estão presentes neste estudo, de tal maneira que a entrevista semiestruturada foi acompanhada de um roteiro na forma de questionário semiestruturado composto de questões flexíveis (perguntas abertas e fechadas) cujo foco foi investigar o contato/aprendizagem da Libras pelos participantes da pesquisa e a influência da família na aprendizagem dessa língua. Como foram entrevistados surdos adultos e seis familiares, houve a necessidade de se elaborar dois roteiros distintos.

O objetivo da entrevista semiestruturada também foi o de detectar falhas no apoio familiar e os efeitos disso para os surdos participantes desta pesquisa, através da análise de sua percepção nas respostas dadas aos questionários. As respostas dadas pelos familiares também foram

analisadas da mesma forma, o que possibilitou um comparativo quanto as respostas dadas pelos respondentes.

A pesquisa aconteceu com o uso de videogravação individual e que se destaca como um instrumento de coleta de dados que serve de apoio para a realização da entrevista semiestruturada. A filmagem é resultado dos avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas e isso permitiu uma melhoria substancial na forma de coletar os dados, pois possibilitou a captação de sons e imagens que reduzem os aspectos relacionados à fidedignidade da coleta dos dados. As vantagens desta técnica estão expressas na seguinte afirmação:

A principal vantagem deste método é que outros pesquisadores ou colaboradores (juízes) também podem fazer uso do material coletado. Torna-se possível analisar todo o material de pesquisa e manter a neutralidade dos dados. Sendo assim, o uso do vídeo permite um certo grau de exatidão na coleta de informações, uma comprovação frente aos tradicionais questionamentos da subjetividade da pesquisa qualitativa (Belei *et al.*, 2008, p. 192).

Com efeito, a observação acima está correta e, na atualidade, como todos os avanços tecnológicos alcançados pela humanidade nos últimos anos, não é mais possível ao investigador fechar os olhos para a importância desta ferramenta, motivo pelo qual todas as entrevistas semiestruturadas foram gravadas em conformidade com o rigor ético e científico que isso requer em pesquisas científicas da envergadura de uma dissertação de Mestrado.

## **TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS**

Na sequência da coleta de dados, as informações obtidas foram tratadas por meio da análise da categoria de respostas de cada grupo, primeiramente pelo uso de Tabelas nas respostas das questões fechadas e categorização temática e semântica em relação às respostas abertas dos participantes da pesquisa.



## ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### **ASPECTOS GERAIS DA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS E APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA**

As entrevistas foram realizadas no Município de Catalão – GO, com 10 surdos adultos e 10 mães, totalizando 20 entrevistas que foram feitas mediante um roteiro (questionário semiestruturado) aplicado entre o período de setembro de 2020 a janeiro de 2021. Em razão da Pandemia ocasionada pelo Covid-19, não foi fácil estabelecer contato presencial com os entrevistados, especialmente com os familiares dos surdos adultos, devido às restrições impostas de isolamento social. Apesar dessas dificuldades foi possível fazer o levantamento dos dados em apenas um encontro com o Grupo A (surdos adultos) e o Grupo B (mães dos surdos adultos).

A entrevista e a aplicação do questionário para cada um dos participantes da pesquisa foi feito de forma individual, em apenas um único encontro, no período da tarde em um tempo aproximado de uma hora. O recurso da audiogravação auxiliou na transcrição e análise das perguntas abertas e fechadas e como divisão de análise foram elencadas duas categorias de perguntas: a) Informações sobre o perfil dos participantes da pesquisa; b) Informações sobre a aquisição da Libras. Essa divisão teve por finalidade principal alcançar o objetivo principal da pesquisa, qual seja:

fazer uma reflexão crítica sobre importância do apoio da família de crianças surdas na aquisição da Libras e as dificuldades enfrentadas neste processo através da percepção dos surdos e familiares participantes desta pesquisa.

Assim, foi apresentado aos surdos (Grupo A) e as mães (Grupo M) um questionário com perguntas fechadas e abertas, sendo que o seu conteúdo foi elaborado com base nos estudos teóricos realizados para esta pesquisa e que estão relacionados ao longo do trabalho. Com isso espera-se possibilitar uma melhor compreensão sobre o importantíssimo papel da família na aquisição de Libras dos filhos com deficiência auditiva, as falhas neste processo e suas consequências em contraponto aos achados de estudos que forma citados neste trabalho. Tanto os surdos, quanto os seus familiares aceitaram responder as perguntas sugeridas, conforme os critérios metodológicos estabelecidos.

As seções e subseções que se seguem trazem os resultados da aplicação dos questionários para ambos os grupos que participaram desta pesquisa. Primeiramente analisou-se as respostas do Grupo A (surdos mudos) e após isso a de seus familiares mais próximos a maioria composta pelas mães dos surdos mudos, já que são elas que tem uma relação mais próxima com os filhos e que tem uma maior parcela na educação dos surdos mudos, a despeito das mudanças que ocorreram nos últimos anos na estrutura e organização da família com a modernização.<sup>24</sup>

## **RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS COM O GRUPO A (SURDOS ADULTOS)**

Essa seção corresponde aos resultados obtidos com a realização de entrevistas aplicação de questionários com os surdos. Para uma melhor compreensão da pesquisa, durante todo o tempo que durou a entrevista foi utilizado a Libras no processo de comunicação com os surdos.

24 Desde o início do século XX, a família começou a passar por transformações importantes, rumo a modernização e maior autonomia das mulheres nas decisões relativas aos filhos, a família patriarcal cedeu lugar a outras formas de família, especialmente após movimento feminista e a isonomia dos sexos, que foi incorporada a Constituição Brasileira que também determinou a igualdade conjugal, de modo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. No entanto, apesar desses avanços, culturalmente e historicamente é a mãe que alimenta, educa e tem maiores responsabilidades quanto aos filhos. Por esse motivo, deu-se preferência as mães na participação deste estudo.

## PERFIL DOS SURDOS

**Tabela 3: Dados do perfil dos surdos adultos**

<b>Nome fictício</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Sexo</b>	<b>Grau de instrução</b>
A1	Não respondeu	Masculino	Pós-Graduação
A2	38 anos	Masculino	Ensino médio
A3	39 anos	Feminino	Pós-Graduação
A4	41 anos	Feminino	Graduação
A5	41 anos	Feminino	Ensino fundamental
A6	33 anos	Feminino	Ensino médio
A7	43anos	Masculino	Ensino médio
A8	39 anos	Feminino	Ensino médio
A9	Não respondeu	Masculino	Pós-Graduação
A10	41 anos	Masculino	Pós-Graduação

Fonte: Elaboração do autor.

Com base nos dados apresentados na Tabela 3, percebe-se que o Grupo B é composto por uma maioria de pessoas entre a faixa etária de 38 a 41 anos. Somente dois entrevistados não forneceu a resposta a essa pergunta, em relação ao sexo, 50% e do sexo feminino e 50% do sexo masculino, quanto ao grau de instrução, 40% declararam ter curso de pós-graduação, 40% ensino médio, 10% graduação e 10% ensino fundamental.

Esses resultados são importantes, pois deixa evidente que, apesar da deficiência auditiva que na maioria dos entrevistados é profunda, eles conseguiriam sucesso em suas vidas acadêmicas, a considerar os resultados das entrevistas com este grupo, o qual foi possível perceber que o apoio e conhecimento da família na aquisição da Libras como ferramenta de comunicação com os filhos, tem de fato impactos no aprendizado da Libras pelos surdos e, conseqüentemente, em seu desempenho escolar. Entretanto, contam neste processo a vontade, determinação e motivação dos surdos não apenas para o aprendizado da Libras, bem como para uma formação futura.

## AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Em relação à aquisição da Língua Brasileira de Sinais, foram abordadas várias temáticas com os participantes da pesquisa, com a finalidade de levantar informações sobre os pontos mais relevantes em relação ao contanto e aprendizado da Libras, não apenas no núcleo familiar, bem como na escola. A Tabela a seguir traz os dados referentes a essa análise.

**Tabela 4 : Dados da aquisição da Libras dos surdos adultos**

Nome fictício	Descrição das respostas do questionário referentes às perguntas 1 a 13
<b>A1</b>	Quanto ao aprendizado da Libras afirmou que foi ter contato com a língua quando era criança, por volta dos oito anos de idade. Com surdez profunda, em relação ao conhecimento dos pais em relação a Libras disse que desde quando foi diagnosticado como surdo esses buscaram aprender a língua com a finalidade de facilitar o processo de comunicação entre eles. Essa iniciativa foi de suma importância para a sua educação ao longo de sua vida acadêmica. Afirmou conhecer a Língua Portuguesa, bem como ter pleno domínio sobre a escrita. Disse que a família, juntamente com a escola foram os principais alicerces em sua educação e nas conquistas quanto a vida acadêmica.
<b>A2</b>	Afirmou que a primeira língua que aprendeu foi a Libras e que teve contato com essa Língua aos 12 anos de idade. Tem surdez profunda desde o nascimento e afirmou que o nível de conhecimento dos pais em relação a Libras é muito ruim. Quanto ao apoio dos pais na aquisição da Libras e da identidade e cultura surda, respondeu que esse processo foi muito difícil em sua família e que o papel desta foi pouco importante no aprendizado desta língua. Afirmou não ter domínio sobre o português e que sabe bem Libras e que as dificuldades para a aquisição da leitura e da escrita foram muitas. A escola teve um papel pouco importante e os docentes do sistema regular do ensino não estão qualificados para o ensino da Libras e que o aprendizado da língua é importante para a inserção social.
<b>A3</b>	Declarou que a primeira língua que aprendeu foi o português, tendo tido contato com a Libras aos 21 anos de idade. Nasceu com surdez profunda e que o conhecimento dos pais em relação a Libras é muito ruim e eu, apesar disso, os pais compreenderam a necessidade da formação de sua identidade surda e que o papel dos pais foi muito importante no aprendizado da Libras. Afirmou saber bem a Língua Portuguesa e Libras, que ainda enfrenta algumas dificuldades em relação às palavras que não conhece e que a estratégia utilizada quando surge dúvidas é o uso do dicionário da língua portuguesa. Quanto ao papel da escola na aquisição da Libras afirmou ter sido muito importante e que os docentes são qualificados para o ensino. Por fim, considerou muito importante a aquisição da Libras para a sua inserção social.

<b>A4</b>	A entrevistada declarou que a primeira língua que aprendeu foi Libras, aos 12 anos de idade e tem quando moderado de surdez. Afirmou que o nível de conhecimento dos pais sobre libras é ruim e que não recebeu apoio dos familiares nesse processo, por não saberem nada de Libras, motivo pelo qual considera o papel da família pouco importante na aquisição da Libras. Afirmou saber tanto o português quanto a Libras, uma vez que consegue comunicar plenamente através das duas linguagens. Quanto as dificuldades enfrentadas na aquisição da Libras estas estão relacionadas a falta de intérpretes e professores.
<b>A5</b>	Afirmou ter aprendido primeiramente Libras, tendo tido contato com a língua aos 6 anos de idade. Com surdez profunda, declarou possuir um nível muito bom de conhecimento da Libras e que recebeu apoio dos familiares na aquisição da Língua, bem como em relação a aceitação da identidade surda. Afirmou que a família teve um papel muito importante na aprendizagem desta língua, mas que não sabe bem a Língua Portuguesa, por considera-la difícil. Quanto as dificuldades de aquisição da Libras citou a falta de conhecimento da professora e s relacionadas a escola. Em razão de sua vivência considera o papel da escola importante no aprendizado da libras, e que os professores do ensino médio estão aptos para o ensino da Língua. Reconheceu que Libras é muito importante para a inserção social.
<b>A6</b>	Disse que a primeira língua que aprendeu foi a Libras, tendo contato com a mesma aos doze anos de idade. Declarou que o nível de conhecimento dos pais sobre a língua é ruim e que a família não teve um papel importante na aquisição da Libras, tampouco na aceitação da identidade surda. Afirmou não saber bem o português, pois não compreende a língua e as palavras e que a falta de interprete é decisivo neste processo. No processo de aquisição da leitura e escrita afirmou que aprender a Língua Portuguesa representa um grande desafio. Quanto ao papel da escola nesse sentido afirmou ser pouco importante e que os docentes da rede regular de ensino não têm preparo para o ensino da Libras. Considerou que o aprendizado da Libras e da Língua Portuguesa são importantes para a inserção social.
<b>A7</b>	Afirmou que Libras foi a primeira língua que aprendeu e que teve contato com a mesma aos 30 anos de idade. Declarou que o nível de conhecimento dos pais sobre libras é muito ruim e que pelo fato de ter vivido na zona rural, os pais não conseguiram dar o apoio necessário para o aprendizado da Libras e que, apesar disso considerada o apoio dos pais importante no processo de aquisição da Libras. Declarou não saber bem a Língua Portuguesa, pois não compreende bem as palavras. Disse saber bem Libras, mas não soube explicar quais as dificuldades enfrentadas na aquisição da leitura e escrita. Já em relação a Libras disse ter tido pouca dificuldade no aprendizado da língua. Por fim, reconheceu o papel da escola como importante nesse processo, mas os professores não estão preparados para o ensino da língua. Já quanto ao favorecimento da Libras na inserção social não soube responder.
<b>A8</b>	Respondeu que a primeira língua que aprendeu foi a Libras e que teve contato com a língua aos 14 anos de idade. Afirmou que o nível de conhecimento dos pais sobre Libras é muito ruim e que o apoio recebido dos pais foi bastante complicado, em razão da falta de conhecimento da língua, motivo pelo qual teve que aprender sozinha a Libras. Considerou que o papel da família é muito importante e não saber bem a Língua Portuguesa, devido às dificuldades com palavras e significado dos termos. Afirmou saber bem Libras e que não teve maiores dificuldades em sua aquisição. Inclusive afirmou que a escola foi pouco importante no ensino da Libras, já em relação aos docentes não soube responder se estes estão qualificados para o ensino da Libras. Também disse não saber se a aquisição da Libras e da Língua Portuguesa são importantes para a inserção social.

<b>A9</b>	Afirmou ter aprendido primeiramente a Língua Portuguesa e que teve contato com a Libras aos 16 anos de idade. Afirmou que o nível de conhecimento dos pais e m relação a Libras é bom e que teve o apoio dos pais na aquisição da Libras e aceitação da identidade surda. Considerou o papel da família como muito importante na aprendizagem da Libras e afirmou ter um bom conhecimento da Língua Portuguesa. Disse saber bem Libras e não ter tido qualquer dificuldade na aquisição da leitura e escrita. Declarou que o papel da escola é pouco importante que em relação aos docentes não sabe se estes estão ou não preparados para o ensino da Libras. Mesma resposta foi dada em relação a inserção social.
<b>A10</b>	Aprendeu a língua portuguesa em primeiro lugar, tendo contato com Libras somente aos 21 anos de idade. Classificou a sua surdez como profunda e adquirida e o nível dos conhecimentos dos pais desta língua como bem, sendo que em relação ao apoio da família na aquisição da Libras foi de aceitação da identidade e cultura surda, bem como de apoio ao seu aprendizado. O entrevistado declarou saber bem tanto a língua portuguesa quanto Libras, mas que no início do aprendizado desta língua teve algumas dificuldades de entendimento. Quanto a escola, considerou o seu papel como muito importante no aprendizado da Libras e que os docentes estão qualificados para isso no sistema regular de ensino. Também afirmou que o aprendizado das duas línguas foi importante para a sua inserção social.

Fonte: Elaboração do autor.

## RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS DO GRUPO B (MÃES DOS SURDOS)

Em relação aos familiares dos surdos, mais precisamente as mães que são a maioria da amostra da população, por serem todas ouvintes as entrevistas foram conduzidas mediante o uso da Língua Portuguesa. No presente estudo a opção em fazer entrevistas com as mães dos surdos deve-se ao fato de historicamente, o papel do gênero feminino no cuidado com os filhos desde a mais tenra idade. Apesar de ter havido avanços consideráveis quanto ao papel da mulher na sociedade, desde a eclosão do movimento feminista na década de 1960 e também de todo um movimento em prol da igualdade de direitos entre homens e mulheres que é um direito fundamental reconhecido pela Constituição Brasileira, as mulheres ainda assumem maiores responsabilidades no cuidado e educação de seus filhos.

## PERFIL DOS FAMILIARES DOS SURDOS

**Tabela 5: Dados do perfil dos familiares**

Nome fictício	Faixa etária	Sexo	Grau de instrução
M1	59 anos	Feminino	Ensino médio
M2	Não respondeu	Feminino	Ensino fundamental
M3	60 anos	Feminino	Ensino médio
M4	56 anos	Feminino	Especialização
M5	40 anos	Masculino	Ensino médio
M6	Não respondeu	Feminino	Ensino médio
M7	52 anos	Feminino	Ensino médio
M8	Não respondeu	Masculino	Ensino fundamental
M9	Não respondeu	Feminino	Ensino médio
M10	60 anos	Masculino	Graduação

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nos dados apresentados da Tabela 5, que trata da faixa etária e do sexo, bem como do grau de instrução, que é um aspecto importante nessa pesquisa, observa-se que a maioria está acima dos 50 anos, sendo majoritariamente (80%) sexo feminino. Do total das entrevistadas, 60% possui ensino médio, 20% ensino fundamental, graduação (10%) e especialização (10%). Alguns autores aliam o aprendizado de Libras por surdos já na infância ao grau de instrução da família, uma vez que há evidências científicas de que, quanto maior os anos de estudo, maiores as chances das famílias terem interesse em aprender a Libras para se comunicarem com seus filhos, porém essa não é uma verdade universal, uma vez que o esforço e motivações próprios também são relevantes no aprendizado da Libras pelos surdos. (Telocken; Telocken, 2010).

## AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Também foi aplicado questionários aos familiares dos surdos com a finalidade de averiguar como se deu o processo de aquisição da Libras, sendo que várias temáticas foram abordadas com os participantes da pesquisa. Essa análise foi essencial, uma vez que alguns estudos, como o de Carvalho

e Santos (2016) deixa de forma inequívoca, as diferenças de aprendizado e aquisição da Libras em relação a pais ouvintes e não ouvintes. Os resultados estão apresentados na Tabela 6.

**Tabela 6: Dados da aquisição da Libras dos familiares dos surdos**

Nome fictício	Descrição das respostas do questionário referentes às perguntas 1 a 10
M1	Declarou não saber e não ter nenhum domínio sobre Libras e que a sua participação na aprendizagem do filho em Libras foi muito importante, inclusive na questão do incentivo. Não frequentou escola de Libras e que a mesma teve um importante papel na aprendizagem do filho. Quanto aos docentes considera-os qualificados para o ensino da Libras, mas observou “que eles têm muito a melhorar”. Afirmou que a Libras é importante no relacionamento e que as principais dificuldades em ter um filho surdo não é apenas a questão da comunicação, mas o de mostrar a eles que são capazes de conquistar seus sonhos e enfrentar os preconceitos das pessoas. Quanto às estratégias utilizadas para o aprendizado do filho da Libras procurou escolas que pudessem cumprir esse papel e que isso foi muito difícil já que há trinta anos atrás pouquíssimas escolas ensinavam Libras. Afirmou que muito do sucesso do filho na vida acadêmica e profissional deve-se ao esforço e dedicação do filho.
M2	Respondeu não saber Libras e não ter qualquer domínio sobre essa Língua. Afirmou ter incentivado o filho na aprendizagem da Libras e que não frequentou escola. Afirmou que a escola tem um papel muito importante no ensino da Libras, mas não soube responder se a aquisição da Libras e da Língua Portuguesa é ou não importante no relacionamento. Quanto aos desafios de ter um filho surdo relacionou a aprendizagem e que as estratégias utilizadas para que o filho surdo desenvolvesse uma língua foram os gestos.
M3	Respondeu não saber Libras e também não ter nenhum domínio da língua. Disse ter tido uma participação muito importante na aprendizagem do filho em relação a Libras e que incentivou um pouco a frequentar uma escola especial. Disse não ter frequentado nenhuma escola para a aquisição desta linguagem e que o papel da escola é muito importante no ensino da Libras. Respondeu que os docentes não estão preparados para o ensino da Libras e não saber se essa aquisição juntamente com a Língua Portuguesa são importantes no relacionamento entre eles. Citou a aprendizagem, como a principal dificuldade em ter um filho surdo e que as estratégias utilizadas para o aprendizado do filho surdo em relação à língua foi observando os gestos dele e os praticados entre a comunidade surda. Relatou ter um sonho “esforçar mais e aprender”, para auxiliar o filho.



<b>M4</b>	<p>Afirmou saber libras e ter um pouco de domínio sobre a língua. Classificou a sua participação na aprendizagem da Libras como muito importante e que incentivou um pouco o ingresso do filho em uma escola especial para surdos. Relatou ter participado de escolas para Libras e que teve certa dificuldade em se expressar na língua de sinais. Considerou o papel da escola pouco importante no ensino da Libras e que os docentes do sistema regular de ensino não apresentam qualificação para tanto. Afirmou que o aprendizado das duas línguas é importante para o relacionamento entre pais e filhos surdos e que o principal desafio em ter um filho surdo diz respeito a “aquisição da língua e da cultura surda”, que essa cultura dificulta um pouco o relacionamento com o filho. Nas estratégias de aprendizado da Libra pelo filho surdo enumerou as seguintes “quando ainda bebê utilizamos o recuso da imagem, escrita e sinais (gestos), o conto de histórias foi muito importante e os desafios enfrentados estão relacionados ao conhecimento da Libras.</p>
<b>M5</b>	<p>Declarou não saber Libras e não ter qualquer domínio sobre a língua. Apesar disso considera como muito importante a sua participação na aprendizagem do filho em relação a Libras. Afirmou não ter frequentado escola de Libras e que o papel da escola é muito importante na aquisição de Libras. Considera que os docentes estão preparados e qualificados para o ensino desta língua e acredita que a aquisição da Libra e da língua Portuguesa pode melhorar o relacionamento com o filho. Citou como maior desafio a comunicação em ter um filho surdo e que as estratégias para viabilizar o aprendizado da língua em relação ao filhos são “os gestos e mímicas e a criação de uma língua própria de sinais”.</p>
<b>M6</b>	<p>Afirmou não saber Libras e também ter pouco domínio sobre a língua. Considera a sua participação no aprendizado do filho como muito importante, mas não incentivou o filho a participar de escola especial para surdos. Disse ter frequentado escola para o ensino da Libras, no entanto teve muita dificuldade no entendimento dos gestos. Afirmou que o papel da escola é muito importante no ensino-aprendizagem da Libras pelos surdos, mas considerou que os docentes não estão preparados para isso, que os desafios em ter um filho surdo são relativos a aprendizagem e que mímicas e gestos foram a estratégias utilizadas para o desenvolvimento de uma língua própria.</p>
<b>M7</b>	<p>Declarou não saber Libras e não ter nenhum domínio sobre a língua. Considerou que a sua participação no aprendizado do filho em relação a Libras foi pouco importante, mas que incentivou desde cedo a frequentar a escola. Relatou que não frequentou nenhuma escola para Libras e que essa desempenhou um papel importante no aprendizado do filho, apesar de afirmar também que os docentes não estão preparados para o ensino desta língua. Reconheceu a importância da Libras no relacionamento familiar e que a principal dificuldade em ter um filho surdo está em “entender o que ele fala”</p>
<b>M8</b>	<p>Afirmou não saber Libras e ter pouco domínio sobre a língua, mas considera que a sua participação na aprendizagem da aquisição da Libras pelo filho surdo foi muito importante e que sempre incentivou nesse processo, apesar de não ter frequentado nenhuma escola de Libras. Considera que a escola é muito importante na aquisição da Libras, mas os professores do sistema regular de ensino não estão capacitados para o seu ensino. Afirmou que os desafios em ter um parente surdo são muitos e que a estratégia utilizada para o enfrentamento deste desafio foi matricular o filho na escola.</p>

M9	Afirmou não saber Libras, sendo que os conhecimentos acerca da língua de sinais são muito limitados. Porém, defende o aprendizado da língua de sinais pelo filho surdo e que o papel da família é essencial neste processo. Concorde que a escola e os docentes tem um papel significativo no aprendizado e construção da identidade dos surdos, sendo também um facilitador na comunicação entre a família e os membros surdos. Relatou que os pais precisam de tempo para dedica-se ao estudo da Libras e na melhora da comunicação com os filhos surdos e que os desafios em relação a isso são consideráveis, motivo pelo qual recorreu a escola para que o filho pudesse aprender Libras.
M10	Declarou não saber Libras e ter pouco domínio desta língua, mas considera a participação da família importante na aprendizagem dos filhos surdos em relação a essa linguagem. Afirmou que a escola exerce um papel muito importante no ensino da Libras, embora os professores não sejam qualificados para tanto. Respondeu que a Libras contribui para melhorar o relacionamento com o filho surdo e que os principais desafios em relação à deficiência auditiva são a comunicação e compreensão da linguagem utilizada pelo surdo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

## ANÁLISE DAS RESPOSTAS DOS QUESTIONÁRIOS A LUZ DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse item, como resultado da análise dos dados obtidos com a realização das entrevistas e aplicação dos questionários ao Grupo A (surdos) e o grupo B (familiares dos surdos), será feito um embate teórico com as publicações científicas citadas ao longo deste estudo, mormente ao que diz respeito ao apoio e a importância da família no processo de aquisição da Libras dos filhos surdos, possibilitando algumas conclusões, propostas e encaminhamentos, inclusive no cruzamento das informações das entrevistas com ambos os grupos.

### QUANTO AOS PARTICIPANTES SURDOS

Em relação aos participantes surdos, que corresponde ao Grupo A da pesquisa os achados apontam para o reconhecimento da importância do núcleo familiar na aquisição da Libras desde a infância. Mas, na vivência da maioria dos entrevistados, a família não teve uma participação ativa nesse processo, por desconhecer a língua de Libras, bem como a necessidade dos surdos aprenderem a língua de sinais como primeira

língua em conjunto com a Língua Portuguesa, fato este que interfere diretamente na construção da identidade e cultura surda.

Nesse sentido é importante fazer menção aos resultados da pesquisa de Lopes e Leite (2011), que afirmam que as dificuldades dos surdos na aquisição da Libras já começam na família que, por serem ouvintes, não conseguem reconhecer o quão é importante a sua participação em todo o ensino-aprendizagem dos surdos desta língua, bem como a Língua Portuguesa (bilinguismo). Até porque, reconhecer essa importância significa abandonar a linguagem própria de gestos utilizados com os surdos para utilizar a Libras, que é a língua utilizada na comunidade surda.

Na abordagem de Teloken e Teloken (2017), as autoras chamam a atenção para o fato que o surdo, ao nascer ou ser integrado à família de ouvintes que não tem conhecimento da língua de sinais já se encontra em uma situação de desvantagem diante das dificuldades e falhas na comunicação. Explicam que o surdo tem, como qualquer outra pessoa, a necessidade de se comunicar, de integrar socialmente com a família e quando isso não ocorre a tendência é de isolamento, inclusive em relação à própria família. De fato dois dos entrevistados surdos falaram sobre isso nas entrevistas e todos perfilham do entendimento que os pais precisam estar cientes de que a melhor maneira de se adaptar a condição do filho surdo é buscar desenvolver habilidades e competências quanto a Libras, bem como incentivar os filhos desde criança a aquisição de Libras.

Nesse sentido, Negrille e Marcon (2006) também consideram que a participação da família na comunicação do surdo através da língua de sinais é o caminho mais adequado para possibilitar ao surdo o convívio com o núcleo familiar e com o mundo exterior. Conforme o relato dos surdos que participaram desta pesquisa, a grande maioria teve contato com a Libras somente na adolescência, por meio da escola ou da interação com a comunidade surda. Isso já demonstra a pouquíssima intimidade dos pais com a língua de sinais, inclusive da falta de interesse em buscar soluções para ter um papel mais ativo na vida dos filhos. Conforme seu entendimento:

A participação da família na comunicação do surdo, por meio dos sinais, possibilitará a esse indivíduo a interação com o mundo e tornará o convívio mais agradável e feliz. Igualmente essa língua, na educação e nas escolas, vai proporcionar a vivência de uma realidade bilíngue das relações culturais, institucionais e sociais (Negrelli; Marcom, 2006, p. 103).

Entretanto, a culpa não reside somente aos pais, sendo essa à conclusão de Reis (1995) e que também foi aventada por um dos entrevistados em resposta ao questionário. De acordo com o autor, a surdez não é o principal fator que deixam os pais de surdos angustiados, mas sim as dificuldades comunicativas acarretadas pela deficiência auditiva, especialmente no âmbito familiar. Assim, no diagnóstico da surdez é preciso que os pais sejam orientados pelos profissionais de saúde e pela escola acerca do direcionamento oral, clínico e educacional do surdo, notadamente no que diz respeito à importância da Libras para o desenvolvimento da criança surda.

Se os pais recebessem orientações adequadas quanto à importância da LIBRAS para o desenvolvimento da criança, sobre as possibilidades que essa língua oferece para a criança se comunicar com eles de forma clara, contar-lhes sobre suas brincadeiras, aprender seus ensinamentos e adquirir conhecimento, com certeza seriam poupados dessa criança e de seus pais transtornos e prejuízos, e principalmente os problemas emocionais a que estes são submetidos. É imprescindível para essa criança e para sua família que o contato com a língua de sinais seja estabelecido o mais rápido possível. Quando a família aceita a surdez e a Libras como uma modalidade comunicativa importante e passa a utilizá-la com a criança, esta irá apresentar condição para realizar novas aquisições, impulsionando seu desenvolvimento linguístico. A família, então, exerce papel determinante para o estabelecimento da língua de sinais, como língua funcionante no discurso da criança surda nos primeiros anos de vida (Dirceu; Carporalli, 2005, p. 05).

Porquanto, pelos achados desta pesquisa em relação ao Grupo A, confirma-se os achados de outros estudos semelhantes a este, sendo unânime o entendimento que as crianças com falta ou falhas no suporte

familiar quanto a aquisição da Libras certamente apresentará resultados insatisfatórios no desenvolvimento da linguagem e da comunicação. E não é apenas o processo de comunicação e do ensino-aprendizagem que fica prejudicado, uma vez que diante deste cenário é comum encontrar crianças surdas com problemas emocionais, posto que tendem a se isolar da família, do mundo, pelas dificuldades que enfrenta na comunicação.

De tal maneira que a solução para este problema passa necessariamente no contato e aquisição da família da língua de sinais, ou melhor, da Libras, para que a criança surda possa realmente realizar novas aquisições no desenvolvimento linguístico. A família é, pois, determinante para a aquisição da Libras em crianças surdas nos primeiros anos de vida e quando mais cedo isso se processa melhor, já que para o surdo essa forma de linguagem é natural.

Na pesquisa em relação ao perfil dos entrevistados (Tabela 3) foi possível constatar que todos pertencem à família de ouvintes e que o elevado nível de instrução da grande maioria dos entrevistados se deve ao esforço pessoal em buscar visibilidade na comunidade surda e na busca pela construção de sua identidade surda. Mas, o alcance desses objetivos é permeado de desafios no âmbito familiar e educacional. Na educação, especialmente no ensino superior Viana e Gomes (2020) destacam a necessidade de reestruturação do sistema de ensino para que o aluno surdo possa se sentir acolhido e ter acesso a educação em situação de igualdade com os demais alunos. O professor tem importante papel na permanência do aluno surdo em sua trajetória educacional.

## QUANTO AOS FAMILIARES DOS PARTICIPANTES SURDOS

Já em relação ao Grupo B, que corresponde aos familiares dos surdos não foi surpresa constatar que a maioria não tem domínio sobre Libras. Isso vai ao encontro de outros estudos que apontam isso na análise do perfil dos familiares dos surdos. A título de exemplificação, Carvalho e Santos (2016) puderam observar em seu estudo que a maioria esmagadora dos pais ouvintes de crianças surdas de fato não detém nenhum domínio sobre Libras. Já Telocken e Telocken (2016), observaram em sua pesquisa

que existe um elevado número de pessoas surdas e pouca utilização da língua de sinais pelos familiares dos surdos e isso se deve as dificuldades que eles enfrentam na aquisição da Libras.

Assim, como falta a família o domínio da língua de sinais, conforme apontam os achados desta pesquisa o que se percebe na prática é a construção de uma comunicação lastreada em gestos próprios e sem relação com a língua de sinais ao passo que surdos filhos de pais surdos em regra apresentam um desempenho diferente no aprendizado desta língua, por terem algum domínio ou total domínio da mesma.

Embora esse Grupo também reconheça a importância da Libras na vida de seus filhos e as dificuldades de comunicação no núcleo familiar, a maioria declarou ter enfrentado dificuldades para o aprendizado da língua, outros nem tentaram, mas acreditam que mesmo diante das deficiências no processo de aprendizagem da Libras, deram a sua parcela de contribuição quanto a aquisição da Libras dos filhos surdos. Apenas uma entrevistada afirmou que foi o esforço próprio do filho surdo que possibilitou a aquisição da língua e sucesso na vida acadêmica e profissional. Com efeito, a importância da família é destacada em praticamente todos os estudos que analisam a aquisição da Libras pela comunidade surda:

Sendo a família o alicerce, o porto seguro de cada indivíduo, o ponto onde se inicia a sociedade, onde se organizam conceitos e se forma a personalidade e o caráter de cada um, ela é sem sombra de dúvida a responsável pela formação integral este trabalho tem como objetivos descobrir os porquês da grande dificuldade dos familiares da pessoa surda em aceitar e utilizar Libras como forma de comunicação cotidiana entre eles e consequentemente encontrar meios de facilitar esta comunicação, principalmente a partir do desejo de buscar conhecer, aprender e utilizar libras no cotidiano (Telocken; Telocken, 2016, p. 02).

Não apenas em relação aos surdos, a família é uma instituição cuja importância na formação de seus membros é histórica. Toda pessoa, surda ou ouvinte preenche as suas necessidades básicas de sobrevivência

e desenvolvimento social e educacional junto de sua família, na interação contínua com todos os seus membros, sobretudo em relação aos pais. Diante dessa realidade pode-se afirmar que a família é a responsável por dar início a formação de qualquer ser humano, bem como a sensação de pertencimento a um grupo de pessoas formadas por pais, avós, tios, irmãos, primos etc. Existe uma condição de identificação na família e tudo o que ela representa para o indivíduo a coloca como o agente mais importante na socialização das pessoas e sua tarefa em desenvolver o ser humano é árdua, mas compensatória pelos laços de afeto, carinho e dedicação que unem seus membros.

Pereira (2008) ao analisar a participação da família na educação do surdo, concluiu através de seus achados que quando estes recebem uma base sólida da família, costumam apresentar mais autoconfiança e acreditam em seu potencial. Assim, a família por seu significado e conteúdo apresenta elementos que podem contribuir para incentivar o surdo a aprender não apenas a língua de sinais, bem como o português e a escrita, inclusive ter uma vida acadêmica e social de sucesso na comunidade.

O surdo, como qualquer outro indivíduo, sente a grande necessidade de comunicação entre ele e os outros membros da família. Quando não são bem entendidos os surdos tendem a se isolar não só do convívio familiar mas também do convívio social e a família, principalmente os pais devem estar cientes da importância da comunicação entre eles, por meio da língua de sinais, que é a forma como o surdo melhor se adaptará e assim desenvolverá as potencialidades de comunicação entre ambos e com o mundo (Telocken; Telocken, 2008, p. 05).

Diante disso, conclui-se que quanto maior for o interesse da família em facilitar o seu processo de comunicação com os membros surdos e com o exterior, maiores serão as chances para promover a interação desses indivíduos com a sociedade e com a própria família e também maior o potencial em se desenvolver na educação e no trabalho. Com a aquisição da Libras, o indivíduo surdo consegue estruturar seu pensamento, desenvolver e demonstrar sentimentos, enfim construir a sua identidade

surda e como sujeito em todas as áreas do conhecimento humano. Nesse sentido, todos os entrevistados reconheceram a essencialidade da família neste processo, apesar de não conhecerem em maior profundidade a língua de sinais.

Essencialidade essa que foi possível de fato constatar na realização desta pesquisa, uma vez que os surdos com maior grau de instrução e sucesso na vida educacional e profissional são justamente aqueles que tiveram um apoio maior da família na aceitação da libras como forma de linguagem na comunicação com os filhos surdos. Essa aceitação em regra também tem relação com o maior grau de instrução dos familiares dos surdos, que de certa maneira tem uma visão mais esclarecida sobre a importância do aprendizado da Libras desde a mais tenra infância.

Mas, ainda que parte dos familiares não tenham uma real dimensão da importância da Libras para o sucesso educacional e profissional dos filhos, todos parecem concordar que a verdadeira comunicação para o surdo é a Língua Brasileira de Sinais, apesar da maioria dos entrevistados (as) não ter conhecimento e o domínio sobre a mesma. Isso traz um sentimento de impotência para as famílias, que reconhecem não oportunizar o pleno desenvolvimento dos filhos surdos.

## CRUZAMENTO DAS INFORMAÇÕES ENTRE O GRUPO A E B

Os questionários aplicados ao grupo A e B em termos de cruzamento das informações traz alguns dados interessantes e que não foram abordados com a atenção devida em relação aos estudos aqui citados. Primeiramente, não há como negar que a participação, apoio e motivação da família em aprender e ensinar os filhos a língua de Libras é um grande diferencial para a construção da identidade surda e para que os surdos possam aprender duas línguas e com isso ter um campo de oportunidades na educação e em uma futura profissão. Nessa linha de pensamento, pais com mais anos de instrução são mais abertos a aceitar a Língua de Sinais como forma de comunicação com os filhos.



Ademais, é a partir do interesse dos pais em buscarem ferramentas de comunicação para entender a língua dos filhos, que estes se sentiram acolhidos, amados e queridos e preparados para os desafios do futuro.

No entanto, o esforço e a dedicação dos próprios surdos também fazem uma diferença fundamental no aprendizado da língua. Até porque alguns dos entrevistados que conseguiram fazer cursos de graduação e mesmo pós-graduação afirmaram que essas conquistas foram do esforço pessoal em buscarem maiores oportunidade de inserção na educação, trabalho e na própria sociedade.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar o papel e a importância da família na aquisição da Libras por crianças surdas, na percepção dos surdos adultos e do núcleo familiar, mediante uma pesquisa de campo realizada com surdos e seus familiares. Para cumprir este objetivo foi feito primeiramente uma abordagem sobre a surdez e seus efeitos físicos, sociais e comportamentais, e como os surdos foram tratados ao longo da história da humanidade. Também foi realizada uma abordagem bibliográfica acerca da origem e desenvolvimento da Libras, de seu reconhecimento como forma de linguagem e comunicação da comunidade surda e o papel da família na aquisição da Libras pela criança surda.

Com o levantamento dessas premissas restou evidente que o surdo até pouco tempo atrás era totalmente negligenciado em termos de comunicação com os ouvintes. Vítima do preconceito e da ideia pré-concebida de que eram deficientes, por um longo tempo não tiveram nenhum acesso à educação e foram menosprezados por uma sociedade que sempre cultuou a perfeição dos sentidos e do corpo. No entanto, com o passar do tempo e interesse dos estudiosos sobre os surdos e o aprendizado da língua de sinais, constatou-se o potencial desta forma de linguagem na comunicação entre surdos e ouvintes, notadamente a partir do século XIX, XX e primórdios do século XXI. Obviamente, surgiram várias teorias sobre qual seria a melhor estratégia de aquisição da aprendizagem da língua e escrita por parte dos surdos o que levou a proibição do ensino da língua de sinais em determinado período. No entanto, a sua importância ressurgiu com força a partir do final da década de 1970, sendo que, no Brasil a Lei nº 10.436/2002, reconheceu a Libras como meio legal de comunicação

e expressão no país. Isso representou um grande avanço para a comunidade surda, sempre marginalizada pela sociedade em razão do preconceito.

O reconhecimento da Libras legitimou o surdo como sujeito de linguagem e trouxe implicações linguísticas e cognitivas importantes, já que se percebe uma tentativa da lei em desmistificar todo um histórico de marginalização e preconceito contra os surdos, ao dar o devido valor a Libras como forma de comunicação. A função comunicativa desta língua ganhou maior notoriedade com o seu reconhecimento legal, inclusive no que tange aos direitos dos surdos quanto ao acesso desta língua. Mas, na prática, os surdos que detêm um amplo conhecimento da Libras, bem como da língua portuguesa e da escrita são poucos e isso se deve a vários fatores, sendo a mais importante a família e o seu papel na aquisição da Libras das crianças surdas.

Os achados na literatura especializada mostram que a grande maioria de surdos são filhos de pais ouvintes e que em relação ao uso da Libras, poucos detêm um conhecimento formal da língua. Na verdade em uma análise global dos participantes desta pesquisa, composta por uma maioria de mulheres foi observado que elas usam sinais soltos e próprios para se comunicarem com os filhos surdos e não propriamente dentro da estrutura gramatical da Libras. Academicamente isso não é considerado uma forma de língua, mas uma tentativa de se comunicar com as crianças surdas. Todavia, a despeito disso as famílias que participaram deste estudo reconhecem a importância da Libras como forma de linguagem e da própria família em incentivarem os surdos na sua aquisição.

Contudo, conforme a pesquisa realizada com os surdos que participaram deste estudo, alguns deles só vieram aprender a língua de sinais já na adolescência e isso obviamente dificulta o aprendizado da língua de forma fluente. Na verdade, há evidências científicas que comprovam a necessidade de incorporar a língua o mais cedo possível, pois é em mais tenra idade que as crianças possuem as perfeitas condições para o aprendizado desta língua. Embora as opiniões sejam distintas sobre a idade ideal do aprendizado da Libras, todos concordam que deve ser feito o mais cedo possível e que a família é essencial neste processo, pois são eles que convivem diariamente com a criança surda, que recebem o diagnóstico

da surdez e que precisam desenvolver métodos para se comunicarem com a criança surda.

Muitos dos pais procuram ajuda um pouco tarde (escola especializada em língua de sinais) ou no próprio aprendizado de Libras, pois acreditam que os filhos, mais cedo ou tarde conseguiram se comunicar com eles através de sua língua, ou seja, do português. Isso acaba mascarando uma verdade que eles buscam ignorar: os filhos surdos, especialmente com surdez profunda só conseguiram se comunicar com eles através da língua de sinais que também é determinante para o futuro acadêmico e o mercado de trabalho das pessoas que não ouvem ou tem dificuldades na audição.

Pais que não tem o mínimo de conhecimento da língua de sinais enfrentam grandes desafios na comunicação com seus filhos que em regra é feita através de uma mistura de gestos e de português. Isso ratifica a falta de investimentos por parte da família em uma forma de linguagem que é a única opção para atender as necessidades de comunicação dos surdos. E a oportunização do primeiro contato com a língua de sinais de forma tardia torna o processo de aquisição desta linguagem mais complexa e difícil para o surdo. Porquanto, os investimentos nisso por parte da família deve ser feito o mais breve possível para que haja de fato uma aquisição dessa língua em tempo hábil e que reflète diretamente no desenvolvimento educacional, emocional, cognitivo e na comunicação entre ouvintes e surdos. A família é a instituição que congrega todos os elementos essenciais para o fomento à comunicação com as crianças surdas.

Assim, considerando o importantíssimo papel das famílias na aquisição da linguagem de sinais, qual seria a recomendação para fazer com que as famílias se preocupem mais em investir neste processo? A resposta está em políticas públicas voltadas para essa questão, na divulgação da cultura e construção da identidade surda, especialmente na área familiar e de educação, para que os familiares dos surdos possam enxerga-los de forma diferente, portador de uma cultura e identidade própria, como demonstrado em diversos outros estudos.

Para finalizar, é importante chamar a atenção para a necessidade de estudos mais abrangentes e aprofundados sobre a realizada dos surdos

seus familiares em relação ao aprendizado da Libras. No processo de investigação feita no decorrer deste estudo, seja em relação ao aporte teórico ou as entrevistas realizadas com os surdos e seus familiares, ficou evidenciado que não existe um marco teórico robusto sobre o tema aqui tratado e que seria interessante fazer um estudo de caráter nacional para analisar essa temática, uma vez que os surdos poderiam ter mais acesso educação e ao trabalho, se a família aceitasse aprender Libras para facilitar a comunicação com os filhos, bem como promover a sua educação nesse sentido. Os surdos enfrentam desafios em seu desenvolvimento social e educacional e a família é o principal alicerce para que os surdos possam trilhar um caminho de sucesso em suas vidas.

# REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariana Oliveira Martins Tavares. **As dificuldades de leitura e escrita em crianças surdas profundas**: um estudo de caso com quatro crianças. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, 2009.

ALVES, Edilania Reginaldo. Caracterizando a surdez: fundamentação para intervenções no espaço escolar. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras/PB, v. 2, n. 2, p. 75-92, jul.-dez. 2012.

AMADO, Beatriz Crittelli. **Aprendendo a ouvir aqueles que não ouvem**: o desafio do professor de ciências no trabalho com a linguagem científica com alunos surdos. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório Oliveira. **Linguística e história**: oralidade e escrita no discurso religioso medieval. 2005. Disponível em: <<http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcvcv.fflch.usp.br/files/maluv009.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BELEI, Renata Aparecida; GIMENIZ-PASCOAL, Sandra Regina; NASCIMENTO, Edinalva Neves; MATSUMOT, Vivian Ribeiro. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas, n. 30, p. 187-199, jan./jun. 2008.

BARBOSA, Felipe Venâncio. **Avaliação das habilidades comunicativas de crianças surdas**: a influência do uso da língua de sinais e do Português pelo examinador bilíngue. 2007. Dissertação (Doutorado em Ciências) – Curso de Ciências, Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007.

BARBOSA, Leonarlley Rodrigo Silva. A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional. **Polyphonia**, v. 22, n. 1, jan./jun. 2011.

BISOL, Cláudia; SPERB, Tânia Mara. Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 7-13, 2010.

BRASIL. Constituição Federal. **Vade Mecum**. São Paulo: Saraiva, 2020.

BRASIL. **Lei 10.426, de 24 de abril de 2002**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)> Acesso em: 01 de set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394, de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)> Acesso em: 01 set. 2020.

BRITO, Fábio de Bezerra. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da Língua Brasileira de Sinais**. 2013. Dissertação (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAGLIARI, Luís Calos. **A origem do alfabeto**. Disponível em: <<http://www.dalete.com.br/saber/origem.pdf>> 2015. Acesso em: 01 jul. 2020.

CARVALHO, Denise Moura; SANTOS, Layana Rodrigues de. Pais ouvintes, filho surdo: causas e consequências na aquisição da língua de sinais como primeira língua. **Revista Sinalizar**, v.1, n.2, p. 190-203, jul./dez. 2016.

COSTA, Rosimere Caludiano; SILVA, Renato. A evolução e revolução da escrita: um estudo comparativo. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA, 17., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IL/UERJ, 2013. p. 1-9. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xvii\\_cnlf/trab\\_completos/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20e%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Escrita%20ROSIMERI.pdf](http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/trab_completos/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20e%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Escrita%20ROSIMERI.pdf)>. 2017. Acesso em: 01 jul. 2020.

CRUZ, CARINA REBELLO. **Consciência fonológica na língua de sinais brasileira (Libras) em crianças e adolescentes surdos com início da aquisição da primeira língua (libras) precoce ou tardio**. 2016. Tese (Doutorado em Ensino) – Instituição de Ensino, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DANIELS, Peter T.; BRIGHT, William. **The World's Writing Systems**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

DINIZ, Heloíse Gripe. **A história da Língua de Sinais Brasileira (Libras): um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

DIZEU, Liliane Correia Toscana de Brito; CAPORALLI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 26, n. 91, mai./ago. 2005.

DUARTE, Soraia Bianca Reis et al., Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História Ciência e Saúde**, Manguinhos, v. 20, n. 04, jan. 2013.

EVERETT, Daniel L. **Linguagem**: a história da maior invenção da humanidade. São Paulo: Contexto, 2019.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos**. 2 ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Seretta. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial, p. 51-69, 2014.

FIAMENGHI JÚNIOR, Geraldo A.; MESSA, Alcione A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. **Psicologia e Ciência**, v. 27, n. 2, Brasília, jun. 2007.

FLORES, Onici Claro. Leitura e consciência linguística. **Let. Hoje**, Porto Alegre, v. 53, n. 1, jan./mar. 2018.

FRANÇA, Márcio Pezzini *et al.* Aquisição da linguagem oral: relação e risco para a linguagem escrita. **Arquivo Neuro-Psiquiatria**, São Paulo, v. 62, n. 2, 2004.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Oralidade e escrita: uma revisão. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 128, Ma./Ago. 2006.

GALVÃO, Jadiana Silva. Nossa beleza está em nossas diferenças por meio do aprendizado da Língua de Sinais. **Enactus Evento Nacional**, 18 a 20 de junho, Ceará, 2018.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, Surdez e educação**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

GUIMARAES, CAYLEY. **Arquitetura Pedagógica Computacional para Interações Intelectuais entre Crianças Surdas e Pais não-Surdos em Libras e Português**. 2013. Dissertação (Doutorado em Informática) –Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

LACERDA, Cristina BF de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Caderno Capes**, Campinas, v. 19, n. 46, 1998.

LEVY, Cilmara Cristina Alves da Costa. **Construção da identidade em famílias ouvintes com filho surdo**. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

LIMA, Maria Collet de Araújo. **Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão**: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria da Educação Especial, 2006.



LOPES, Maria Aparecida de Castilho; LEITE, Lúcia Pereira. Concepções de surdez: a visão do surdo que se comunica em língua de sinais. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 17, n. 02, 2011.

LORANDI, Aline; PESSOA, Aline Ribeiro; BUSETTI, Débora; NEY, Valéria Zanetti. Consciência linguística no processo de ensino-aprendizagem de língua inglesa: uma revisão integrativa de investigações brasileira. **Revista Travessias**, v. 11, n. 03, p. 63-79, 2017.

LURIA, A. R. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, UNICAMP-IEL, v. 42, p. 41-70, 2002.

KELMAN, Celeste Azulay; SILVA, Daniele Nuens; AMORIM, Ana Cecília; MONTEIRO, Rosa Maria Godinho; AZEVEDO, Daisy Cristina. Surdez e família: facetas das relações parentais no cotidiano comunicativo bilíngue. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 17, n. 33, p. 349-365, mai./ago. 2011.

MACHADO, Tatiane Henrique Souza. Aquisição da escrita e o processo de alfabetização e letramento nos estudos linguísticos e educacionais. **Akrópolis**, Umuarama, v. 23, n. 1, p. 3-14, jan./jun. 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Sciliar. **Português instrumental**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MEDEIROS, Daniela. Políticas públicas de educação dos surdos: na territorialidade das negociações. **Revista de Educação do Ideau**, v. 10, n. 21, jan./jul. 2015.

MELO, Mercia Maria Tavares de. **Família e escola**: Criando Identidades na Constituição do Sujeito Surdo. 2011. Dissertação (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

MINISTERIO DA SAÚDE. **Censo Demográfico de 2020 e o mapeamento das pessoas com deficiência no Brasil**. Disponível em: ><https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cpd/arquivos/cinthia-ministerio-da-saude>.> 2020. Acesso em: 15 jan. 2021.

MINUZI, Cristiane. **Estudo sobre língua e linguagem**: considerações. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/portugues\\_artigos/linguagem.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/portugues_artigos/linguagem.pdf).> 2017. Acesso em: 28 jul. 2020.

MONTEIRO, Rosa. Surdez e Diagnóstico: narrativas de surdos adultos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32 n. esp., 2016.

MOREIRA, Paula Pfeifer. **Tipos de deficiência auditiva**. Disponível em: <https://cronicasdasurdez.com/tipos-deficiencia-auditiva/>. 2019. Acesso em: 12 mai. 2020.

MOURÃO, Marisa Pinheiro. **Ensino da Língua Brasileira de Sinais e formação dos professores a distância**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

NADER, Júlia Maria Vieira. **Aquisição tardia de uma língua e seus efeitos sobre o desenvolvimento cognitivo dos surdos**. Dissertação (Mestrado em Linguística de Estudos de Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

NEGRELLI, Maria Elizabeth Dumont; MARCON, Sonia Silva. Família e Criança Surda. **Revista Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 5, n. 1, jan./abr. 2006.

NOBRE, Lucélia. **Influência da Linguagem oral na escrita**. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/60697>> 2011. Acesso em: 01 jul. 2020.

OLIZAROSKI, Iara Mikal Holland. Trajetória histórica do sujeito surdo e reflexões sobre as políticas públicas que regem a educação do surdo no Brasil. In: JORNADA DO HISTEDBR, 11., 2013, Cascavel. Cascavel: HISTEDBR, 2013.

POKER, Rosimar Bortoline. **Abordagens de ensino na educação da pessoa surda**. Disponível em: <[https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec\\_texto2.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf)> 2005. Acesso em: 01 set. 2020.

REGADAS, Suzana. **Evolução Humana e aspectos sócio-culturais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Biologia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2011.

REIS, Celso Abrão. As marcas da oralidade na escrita em língua portuguesa de indígenas em mato grosso do sul: uma análise preliminar. **Revista Sociodialeto**, v. 08, n. 24, mar. 2018.

REIS, V.P.F. A linguagem e seus efeitos no desenvolvimento cognitivo e emocional da criança surda. **Espaço Informativo Técnico Científico do INES**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 23-38, 1997.

ROCHA, Luís Renato Martins; RODRIGUES, Luzia; SILVA, Tabita. **A importância da Língua de Sinais no seio familiar do surdo**. In: VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 8., 2013, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ABPEE, 2013. p.2355-2365.

ROSENSTOCK, Huessy Eugen. **A origem da Linguagem**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Ática, 1989.

ROSSI, Tereza Ribeiro de Freitas. **O papel educacional da fonoaudiologia com famílias de crianças surdas**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1994.

SANTIAGO, Larissa Meira; SANTOS, Márcio Gonçalves; SANTOS, Lorena Andrade; SILVA, Ione Batista de Oliveira. Surdez e família: a comunicação entre surdo e ouvinte no contexto familiar. In: EPLIS, 2., 2019, Amargosa. **Anais [...]**. Amargosa: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2019.

SANTOS, Alexandre Henrique Elias dos. **Comunicação interpessoal através da língua brasileira de sinais: a relação entre a comunidade surda e a família**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2012.

SANTOS, Angélica Niero Mendes dos. **A língua brasileira de sinais na educação dos surdos: língua de instrução e disciplina curricular**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SAUSSURE, Ferdinand. **Escritos de linguística Geral**. Organizado e editado por Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2002.

SILVA, Elaine Aragão; ARAÚJO, Mara Cristina Lopes da Silva. Leitura e escrita de surdos: uma maneira de inserção e interação na sociedade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO- SIRSSE, 4., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: EDUCERE, 2017.

SILVA, Josélia Martins da.; SOUZA, Nadja Barbosa da Silva. **A importância do bilinguismo no contexto escolar dos alunos surdos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2015.

SILVA, Lídia da. **Investigando a categoria aspectual na aquisição da língua Brasileira de Sinais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SILVA, Sandra Maria Gonçalves Fernandes da. **Classes Bilíngues para alunos surdos em escolas inclusivas** – Modelo de Referência em Pernambuco. Monografia (Curso de Especialização) – Faculdade de Santa Helena, Recife, 2009.

SILVA, Thaís Cristofaro; GUIMARÃES, Daniela Oliveira. A aquisição da linguagem falada e escrita: o papel da consciência linguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 48, n. 3, p. 316-323, jul./set. 2013.

TELOCKEN, Sueli; TELOCKEN, Suelen Geíse. Libras no cotidiano de familiares de pessoas surdas. *In*: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 21., 2017, Cruz Alta. **Anais [...]**. Cruz Alta: UNICRUS, 2017. p. 01-14.

VIANA, Márcio Vinicius Guimarães; GOMES, Márcia Regina. Desafios do aluno surdo no ensino superior. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 53, jan.-jun. 2020.

VIEIRA, Andrêza Batista; GONÇALVES, Denise Utsch. Doenças infecciosas e perdas auditivas. **Revista Medicina Minas Gerais**, v. 20, n. 1, p. 102-106, 2015.

VIEIRA, Cláudia Regina.; MOLINA, Karina Soledad Maldonado. Prática pedagógica da educação dos surdos: o entrelaçamento das abordagens no contexto familiar. **Educação e Pesquisa**, v. 04, São Paulo, 2018.

VIGORENA, Debora Andrea; BATTISTI, Patrícia Stafusa Sala. Procedimentos de coleta de dados em trabalhos de conclusão do curso de Secretariado Executivo da Unioeste/PR. **Revista do secretariado Executivo**, Passo Fundo, n. 7, p. 95-111, 2011.

WITKOSKI, Sílvia Andreis. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 42, set./dez. 2009.

ISBN: 978-65-985747-6-5

CDL



9 786598 574765

